



CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2023 RESUMO TÉCNICO

**DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS
EDUCACIONAIS
DEED**

VERSÃO PRELIMINAR

INEP

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | **MEC**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS
EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA | **INEP**

DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS | **DEED**



RESUMO TÉCNICO
CENSO ESCOLAR DA
EDUCAÇÃO BÁSICA 2023

VERSÃO PRELIMINAR

BRASÍLIA-DF
2024

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	4
LISTA DE FIGURAS	7
APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	10
1 RESULTADOS DO CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2023	14
1.1 MATRÍCULA	14
1.1.1 VISÃO GERAL	14
1.1.2 EDUCAÇÃO INFANTIL	20
1.1.3 ENSINO FUNDAMENTAL	24
1.1.4 ENSINO MÉDIO	31
1.1.5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	42
1.1.6 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	46
1.1.7 EDUCAÇÃO ESPECIAL	50
1.2 DOCENTES	54
1.2.1 VISÃO GERAL	54
1.2.2 EDUCAÇÃO INFANTIL	55
1.2.3 ENSINO FUNDAMENTAL	57
1.2.4 ENSINO MÉDIO	62

1.2.5	PÓS-GRADUAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	65
1.3	ESCOLAS	67
1.3.1	VISÃO GERAL	67
1.3.2	EDUCAÇÃO INFANTIL	70
1.3.3	ENSINO FUNDAMENTAL	72
1.3.4	ENSINO MÉDIO	76
1.4	GESTORES	81
1.4.1	VISÃO GERAL	81
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
	GLOSSÁRIO	88

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2019-2023	15
GRÁFICO 2	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2023	16
GRÁFICO 3	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2023	17
GRÁFICO 4	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE, POR ETAPAS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2023	18
GRÁFICO 5	TAXA DE APROVAÇÃO, SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2018 E 2022	19
GRÁFICO 6	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS, POR COR/RAÇA, SEGUNDO AS ETAPAS DE ENSINO – BRASIL – 2023	20
GRÁFICO 7	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2019-2023	21
GRÁFICO 8	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2019-2023	22
GRÁFICO 9	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA CRECHE E NA PRÉ-ESCOLA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2023	23
GRÁFICO 10	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NA CRECHE E NA PRÉ-ESCOLA – BRASIL – 2019 - 2023	24
GRÁFICO 11	NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2019-2023	25
GRÁFICO 12	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NOS ANOS INICIAIS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2019-2023	26
GRÁFICO 13	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NOS ANOS FINAIS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2019-2023	27
GRÁFICO 14	NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2023	28
GRÁFICO 15	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA REDE PÚBLICA, POR SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2023	29

GRÁFICO 16	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA REDE PRIVADA, POR SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2023	30
GRÁFICO 17	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO REDE DE ENSINO - BRASIL – 2019 - 2023	31
GRÁFICO 18	NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO (TOTAL, INTEGRADO E NÃO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL) – BRASIL – 2019 - 2023	32
GRÁFICO 19	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2019-2023	33
GRÁFICO 20	NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2023	34
GRÁFICO 21	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE DO ENSINO MÉDIO POR REDE DE ENSINO, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2023	35
GRÁFICO 22	PROPORÇÃO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO POR REDE DE ENSINO - BRASIL – 2019 - 2023	36
GRÁFICO 23	PERCENTUAL DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, POR REDE (TOTAL, PÚBLICA E PRIVADA) E ETAPA DE ENSINO (TOTAL, 1ª SÉRIE, 2ª SÉRIE E 3ª SÉRIE), SEGUNDO A ESTRUTURA CURRICULAR - BRASIL – 2023	39
GRÁFICO 24	PERCENTUAL DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO E ETAPA DE ENSINO, SEGUNDO ESTRUTURA CURRICULAR - BRASIL – 2023	40
GRÁFICO 25	PERCENTUAL DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, POR ETAPA DE ENSINO, SEGUNDO UNIDADES CURRICULARES SELECIONADAS – BRASIL – 2023	41
GRÁFICO 26	PERCENTUAL DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SEGUNDO A ÁREA DA TRILHA DE APROFUNDAMENTO DO ITINERÁRIO FORMATIVO – BRASIL – 2023	42
GRÁFICO 27	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – BRASIL – 2019-2023	43
GRÁFICO 28	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E DE NÍVEL MÉDIO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2023	44
GRÁFICO 29	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2023	45
GRÁFICO 30	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E DE NÍVEL MÉDIO, SEGUNDO A COR/RAÇA – BRASIL – 2023	46
GRÁFICO 31	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – BRASIL – 2019-2023	47
GRÁFICO 32	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2023	48
GRÁFICO 33	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2023	49

GRÁFICO 34	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO A COR/RAÇA – BRASIL – 2023	50
GRÁFICO 35	NÚMERO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES EM CLASSES COMUNS OU ESPECIAIS EXCLUSIVAS, SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2019-2023	51
GRÁFICO 36	PERCENTUAL DE ALUNOS MATRICULADOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES QUE ESTÃO INCLUÍDOS EM CLASSES COMUNS, SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2019-2023	52
GRÁFICO 37	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO QUE FREQUENTAM CLASSES COMUNS (COM E SEM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO) OU CLASSES ESPECIAIS EXCLUSIVAS – BRASIL – 2019-2023	53
GRÁFICO 38	NÚMERO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES EM CLASSES COMUNS E EM CLASSES ESPECIAIS EXCLUSIVAS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2023	54
GRÁFICO 39	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES, SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO - BRASIL 2019-2023	55
GRÁFICO 40	NÚMERO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2023	56
GRÁFICO 41	ESCOLARIDADE DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2019-2023	56
GRÁFICO 42	NÚMERO DE DOCENTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2023	57
GRÁFICO 43	ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2019-2023	58
GRÁFICO 44	INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2023	59
GRÁFICO 45	NÚMERO DE DOCENTES NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2023	59
GRÁFICO 46	ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2019-2023	60
GRÁFICO 47	INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2023	61
GRÁFICO 48	NÚMERO DE DOCENTES NO ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2023	63
GRÁFICO 49	ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DO ENSINO MÉDIO – BRASIL – 2019-2023	63
GRÁFICO 50	INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2023	64

GRÁFICO 51	PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO <i>LATO SENSU</i> OU <i>STRICTO SENSU</i> (INDICADOR 16A - RELATÓRIO DO 4º CICLO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PNE) – BRASIL – 2019-2023	66
GRÁFICO 52	PERCENTUAL DE DOCENTES COM FORMAÇÃO CONTINUADA (INDICADOR 16B - RELATÓRIO DO 4º CICLO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PNE) – BRASIL – 2019-2023	66
GRÁFICO 53	PERCENTUAL DE ESCOLAS, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2023	67
GRÁFICO 54	NÚMERO DE ESCOLAS, POR OFERTA DE ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2023	69
GRÁFICO 55	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2019-2023	71
GRÁFICO 56	RECURSOS RELACIONADOS À TECNOLOGIA E À INFRAESTRUTURA DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2023	72
GRÁFICO 57	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS) – BRASIL – 2019-2023	73
GRÁFICO 58	NÚMERO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS), POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2023	73
GRÁFICO 59	RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2023	74
GRÁFICO 60	RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO AS REGIÕES – BRASIL – 2023	76
GRÁFICO 61	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, POR REDE (PÚBLICA OU PRIVADA) – BRASIL – 2019-2023	77
GRÁFICO 62	PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2023	78
GRÁFICO 63	RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO – BRASIL – 2023	79
GRÁFICO 64	RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, SEGUNDO AS REGIÕES – BRASIL – 2023	80
GRÁFICO 65	NÚMERO DE DIRETORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO O SEXO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2023	82
GRÁFICO 66	PERCENTUAL DE DIRETORES SEGUNDO O TIPO DE VÍNCULO/REGIME DE CONTRATAÇÃO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - REDE PÚBLICA – BRASIL – 2023	83
GRÁFICO 67	PERCENTUAL DE DIRETORES, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, POR FORMA DE ACESSO AO CARGO – BRASIL – 2023	84

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	PERCENTUAL DE DISCIPLINAS QUE SÃO MINISTRADAS POR PROFESSORES COM FORMAÇÃO ADEQUADA (GRUPO 1 DO INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE) NOS ANOS FINAIS, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2023	62
FIGURA 2	PERCENTUAL DE DISCIPLINAS QUE SÃO MINISTRADAS POR PROFESSORES COM FORMAÇÃO ADEQUADA (GRUPO 1 DO INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE) NO ENSINO MÉDIO, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2023	65
FIGURA 3	PERCENTUAL DE ESCOLAS DE PEQUENO PORTE (ATÉ 50 MATRÍCULAS), POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2023	68
FIGURA 4	PERCENTUAL DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM ACESSO À INTERNET, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2023	70
FIGURA 5	PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL COM ACESSO À INTERNET BANDA LARGA, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2023	75
FIGURA 6	PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO COM ACESSO À INTERNET BANDA LARGA, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2023	81

APRESENTAÇÃO

A Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) tem a satisfação de disponibilizar à sociedade o Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica de 2023. Essa publicação compõe o conjunto de instrumentos de divulgação dos resultados da pesquisa e, assim como os outros, foi elaborada para cumprir a finalidade institucional de promover a disseminação das estatísticas, dos indicadores e dos resultados das avaliações, dos estudos, da documentação e dos demais produtos de seus sistemas de informação (Brasil, 2022a, anexo I, art. 1º, inc. VIII).

A elaboração deste resumo considerou os princípios da imparcialidade, da objetividade, da acessibilidade e da transparência, constantes nos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas (UN, 2014) e incorporados como princípios fundamentais e de boas práticas, orientadores da produção e divulgação das estatísticas educacionais oficiais produzidas pelo Inep (Brasil, 2017a). Efetivam-se também os princípios constitucionais da administração pública, da impessoalidade, da publicidade e da eficiência (Brasil, 1988, art.37).

O presente Resumo Técnico foi pensado para ser um documento de referência geral e consulta para gestores dos sistemas de ensino; técnicos dos órgãos de gestão da política educacional no âmbito federal, estadual e municipal; estudantes e acadêmicos de graduação e pós-graduação; pesquisadores e demais interessados. Contudo, por sua divulgação e organização sistemáticas, também tem o potencial de orientar análises mais detalhadas sobre temas específicos relacionados ao sistema educacional brasileiro, que poderão ser desenvolvidas a partir dos outros produtos de divulgação, entre eles, as planilhas dos indicadores educacionais derivados da pesquisa, a Sinopse Estatística da Educação Básica e os microdados.

Os dados exibem um panorama da educação básica no País, com algumas estatísticas

apresentadas em série histórica, possibilitando traçar tendências da área. Este volume está organizado em seções que revelam o quantitativo e as características gerais das principais estatísticas (matrículas, docentes, gestores e escolas) distribuídas para as diferentes etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental - anos iniciais e finais, ensino médio, educação profissional e educação de jovens e adultos).

Cabe-nos, neste momento, agradecer a todos que, direta ou indiretamente, participaram da pesquisa, pois realizar tarefa tão grande quanto as dimensões continentais do Brasil e tão desafiadora quanto a diversidade e as desigualdades expressas nesse mesmo território, em tão justo prazo, não seria possível sem a efetivação de um processo coordenado de participação e cooperação que firma e materializa o pacto federativo nacional, no qual os entes federados autônomos (União, estados e municípios), além das escolas (públicas e privadas), atuam de forma colaborativa para que o País conheça em números, por meio das estatísticas oficiais, o tamanho do esforço e da dedicação empreendidos para se garantir o direito à educação de qualidade para todos os brasileiros e os desafios vivenciados cotidianamente nesse trabalho.

Diretoria de Estatísticas Educacionais

VERSÃO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O Censo Escolar da Educação Básica é uma pesquisa estatística anual coordenada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e realizada em parceria com secretarias estaduais e municipais de educação, escolas públicas e privadas de todo o País. O levantamento permite a produção e avaliação de estatísticas das condições de oferta e atendimento do sistema educacional brasileiro na educação básica, reunindo informações sobre todas as suas etapas e modalidades de ensino e compondo um quadro detalhado sobre os alunos, as turmas, os profissionais escolares em sala de aula, os gestores e as escolas. As informações produzidas subsidiam a operacionalização de políticas públicas, programas governamentais e ações setoriais nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

A declaração das informações ao Censo Escolar é obrigatória para todos os estabelecimentos públicos e privados de educação básica no País e deve ser feita com base nos documentos administrativos das escolas e redes de ensino, tendo por parâmetro a situação observada na data de referência da pesquisa, definida como a última quarta-feira do mês de maio de 2023 (Portaria Inep nº 578/2022, retificada pela Portaria Inep nº 73/2023). A coleta de dados é realizada por meio do Educacenso, um sistema eletrônico que possibilita que os formulários da pesquisa sejam preenchidos diretamente por seus usuários (informantes) ou mediante processo de migração de dados de forma automática, por meio dos sistemas próprios de gestão das escolas e redes de ensino. Portanto, trata-se de um levantamento estatístico com base na coleta indireta de informações documentais por meio de um questionário eletrônico.

Anualmente, o Inep, no seu esforço de coordenação, desenvolve um conjunto de atividades de preparação da pesquisa, treinamento dos diferentes atores participantes da operação estatística, desenvolvimento de ferramentas e material de referência, verificação e tratamento de dados e divulgação dos resultados para que os prazos estabelecidos na

legislação em vigor e os requisitos dos processos de qualidade sejam cumpridos.

A partir da data de referência, os diferentes atores nas secretarias de educação municipais e estaduais e os informantes nas escolas se mobilizam para prestarem as informações requeridas, com atenção às ações solicitadas nas diferentes fases da pesquisa. Durante a coleta, os dados são acompanhados pela equipe técnica do Inep e passam por processos de consistência e validação. No fim do período oficial de coleta, consolidam-se as informações preliminares que passam por etapas de verificação, validação e retificação pelos informantes e gestores das escolas e redes de ensino. Por fim, os dados são tratados pela equipe do Inep e sistematizados para a publicação oficial dos resultados e a comunicação com os diferentes perfis de usuários da informação estatística, ainda dentro do mesmo ano de referência.

Em 2023, contamos com a colaboração ativa das equipes coordenadoras do Censo nas 27 secretarias estaduais de educação no gerenciamento do processo nos respectivos territórios. Cerca de 177 mil usuários acessaram o sistema eletrônico de coleta. Mais de 217 mil estabelecimentos de ensino de educação básica participaram da pesquisa, entre os quais 178,5 mil eram escolas ativas, que informaram aproximadamente 47,3 milhões de matrículas de escolarização, distribuídas em cerca de 2,2 milhões de turmas com 2,4 milhões de docentes em sala de aula.

É importante reforçar que, desde 2022, por conta dos ajustes na organização curricular do ensino médio (Lei nº 13.415/2017), o Censo Escolar, que já coletava informações que permitiam a avaliação adequada do tempo de permanência do aluno na escola ou em atividades escolares (com registros sobre as turmas de escolarização, de atividade complementar e de atendimento educacional especializado) passou a permitir o registro de turmas relacionadas ao itinerário formativo dos alunos. Essa mudança exigiu o ajuste no cálculo dos indicadores que consideram tempo de permanência do aluno na escola ou em atividades escolares (a avaliação do tempo integral e da média de horas-aula diária).

Deste modo, o cálculo do tempo de permanência do aluno na escola ou em atividades escolares passou a considerar, para além da carga horária das turmas de escolarização e de atividade complementar, a carga horária das novas turmas de itinerário formativo, assim como, a carga horária das turmas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A inclusão do tempo de AEE está alinhada com a metodologia de cálculo do indicador da Meta 6 do relatório de monitoramento do Plano Nacional de Educação - PNE (Brasil, 2014a), estando também, em consonância com as estratégias de ampliação da oferta da educação em tempo integral: 1) a promoção/fomento de atividades complementares e; 2) a ampliação da carga horária dos alunos com deficiência, assegurando o atendimento educacional especializado complementar e suplementar. Além disso, o indicador de tempo integral, que antes de 2022 media a carga horária média diária do aluno, avaliando se a mesma era igual ou superior a 7 horas (420 minutos), passou a mensurar a carga horária total semanal¹, verificando se essa é igual ou superior a 35 horas (2100 minutos). Tal ajuste, buscou facilitar o entendimento conceitual da medida de carga horária nas diferentes etapas e modalidades de ensino.

Os resultados da pesquisa do ano de 2023 são apresentados neste documento em forma

¹A **carga horária total semanal** de um aluno é obtida pela soma das cargas horárias semanais da turma de formação geral básica (turma de escolarização da creche ao ensino médio), das turmas exclusivas de atividade complementar (quando existentes), das turmas de atendimento educacional especializado (quando existentes) e das turmas exclusivas de itinerário formativo (quando existentes para os alunos de ensino médio), sempre multiplicando, em cada turma, o tempo diário (em minutos) pelo número de dias da semana para obtenção da carga horária semanal.

de sumário executivo nacional, consolidando a entrega à sociedade dos produtos de divulgação dos resultados desta edição. Sem a pretensão de exaurir as possibilidades de análise, esperamos que a leitura desvele linhas de investigação que poderão ser aprofundadas a partir de outros produtos mais amplos, os quais possibilitam análises pormenorizadas e em trajetória sobre características mais específicas do sistema de ensino, considerando diferentes níveis e agregações territoriais, até o nível da escola.

VERSÃO PRELIMINAR

1 RESULTADOS DO CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2023

Esta publicação está dividida em seções que apresentam os resultados da pesquisa para as estatísticas de matrículas, docentes, escolas e gestores. Em todas elas, são apresentadas informações que tangem às diferenças entre as redes de ensino e as escolas urbanas e rurais, além daquelas relativas a alunos incluídos, formação dos docentes e outros indicadores educacionais.

1.1 MATRÍCULA

Nesta seção, são destacadas as informações de matrículas da educação básica. Apresenta-se, primeiramente, uma visão geral das matrículas no Brasil com dados de 2019 a 2023 e, em seguida, os resultados por etapas de ensino: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional e educação especial.

1.1.1 VISÃO GERAL

HISTÓRICO

No ano de 2023, registraram-se 47,3 milhões de matrículas nas 178,5 mil escolas de educação básica no Brasil, cerca de 77 mil matrículas a menos em comparação com o ano de

2022, o que corresponde a uma queda de 0,2% no total (Gráfico 1). Essa leve queda é reflexo do recuo de 1,3% observado no último ano na matrícula da rede pública, que passou de 38,4 milhões em 2022 para 37,9 milhões em 2023, e o aumento de 4,7% das matrículas da rede privada, que passou de 9 milhões para 9,4 milhões, com número absolutos menores que a queda observada na matrícula da rede pública.

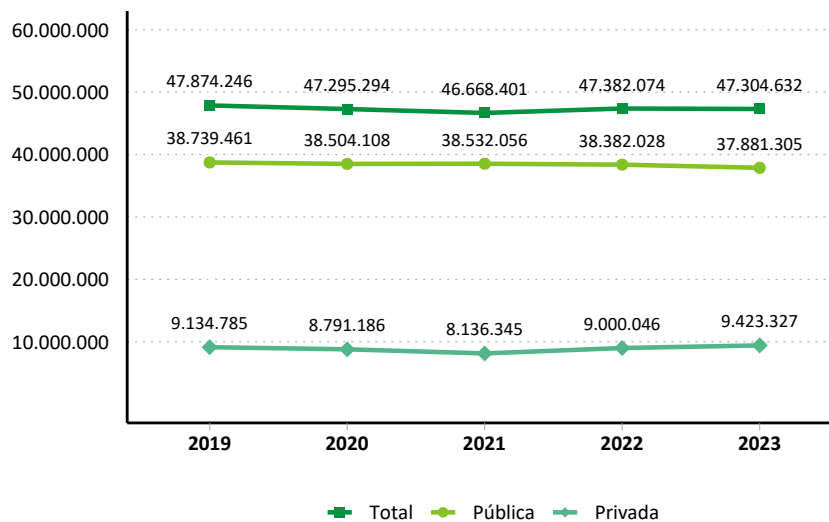


GRÁFICO 1

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

Ao avaliar a distribuição das matrículas por dependência administrativa, percebe-se maior dominância da rede municipal, que detém 49,3% das matrículas na educação básica, 0,3 ponto percentual (p.p.) a mais do que em 2022. A rede estadual, responsável por 30,0% das matrículas da educação básica em 2023, é a segunda maior. A rede privada conta com 19,9% e a federal tem uma participação inferior a 1% do total de matrículas. A rede privada apresentou um crescimento de 0,9 p.p. em 2023 (Gráfico 2).

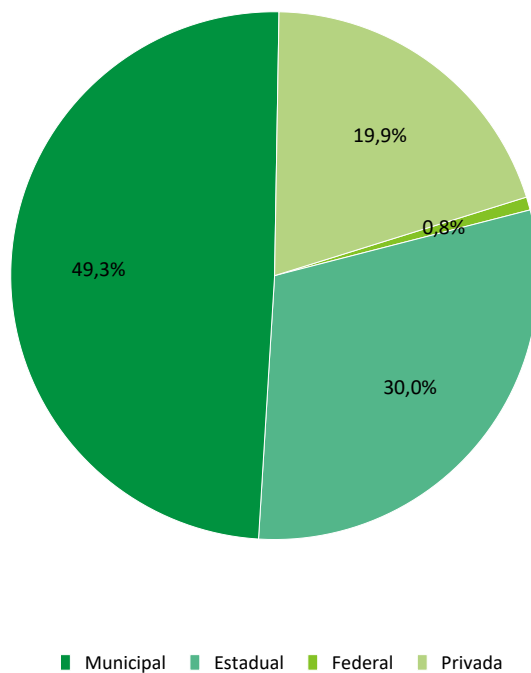


GRÁFICO 2

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

As matrículas da educação básica são encontradas majoritariamente na área urbana (88,8%). Na rede privada, 99,0% das matrículas estão em escolas urbanas. Em relação à rede pública, a municipal é a que apresenta a maior proporção de matrículas em escolas rurais (18,6%), seguida da federal, com 13,5% (Gráfico 3).

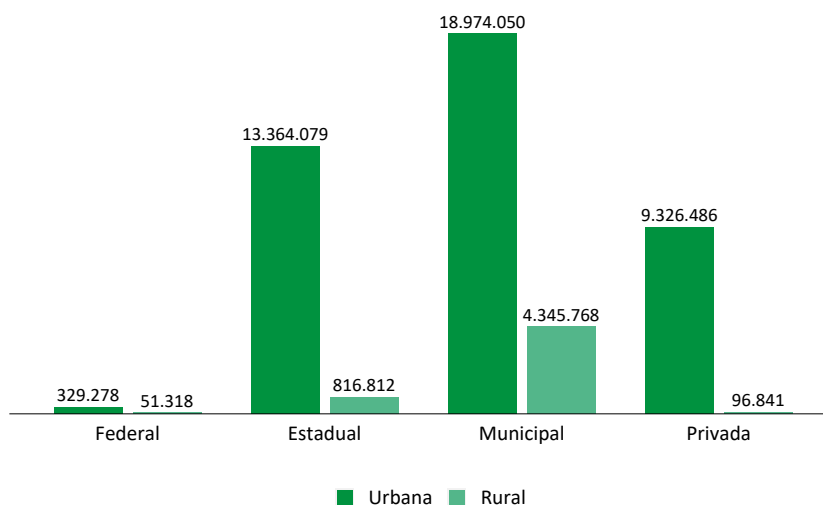


GRÁFICO 3

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Quando avaliado o percentual de matrículas com distorção idade-série¹ em classes comuns (não exclusivas de alunos com deficiência), nota-se uma elevação a partir do 2º ano até o 8º ano do ensino fundamental e depois, novamente, na 1ª série do ensino médio. A distorção idade-série alcança 17,0% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental e 19,5% das matrículas do ensino médio. Além disso, a proporção de alunos do sexo masculino com defasagem de idade em relação à etapa que cursam é maior do que a do sexo feminino em todas as etapas de ensino. A maior diferença entre os sexos é observada na 1ª série do ensino médio, em que a taxa de distorção idade-série é de 26,4% para o sexo masculino e de 18,3% para o feminino (Gráfico 4).

¹São descritos em situação de distorção idade-série todos os alunos que em nenhum momento do ano letivo apresentaram-se com idade recomendada para a série frequentada - a idade de 6 anos é considerada ideal/recomendada para o ingresso no 1º ano do ensino fundamental. Por exemplo, um aluno que cursava o 1º ano do ensino fundamental e em qualquer momento do ano letivo teve a idade de 6 anos completos foi considerado com tendo a idade adequada, mesmo se completou 7 anos ao longo daquele ano letivo. Entretanto, se ele já ingressou com 7 anos está no grupo daqueles com distorção idade-série.

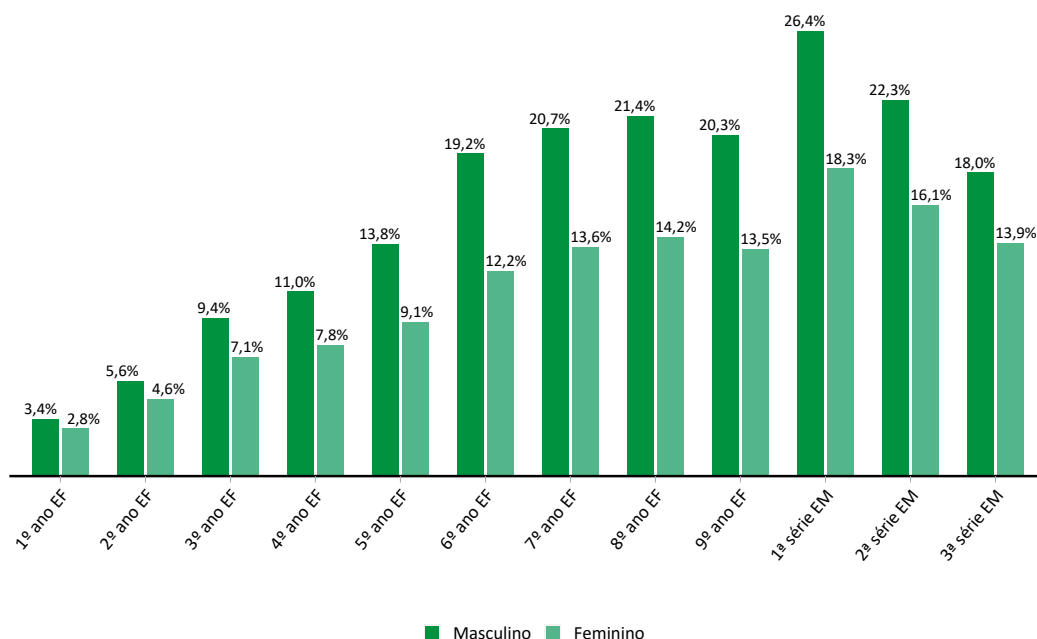


GRÁFICO 4

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE, POR ETAPAS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

As taxas de rendimento - aprovação, reprovação e abandono - impactam o atraso escolar, mensurado aqui pela taxa de distorção idade-série e, obviamente, o tempo que os alunos permanecem na educação básica. O Gráfico 5 apresenta a evolução das taxas de aprovação dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio de 2018 a 2022. As taxas de aprovação tiveram uma grande elevação entre 2019 e 2020 por conta de ajustes realizados pelas escolas perante a pandemia. As reduções observadas em 2021 e 2022 estão relacionadas ao arrefecimento da pandemia de covid-19 com retorno das taxas aos patamares observados no período pré-pandemia.

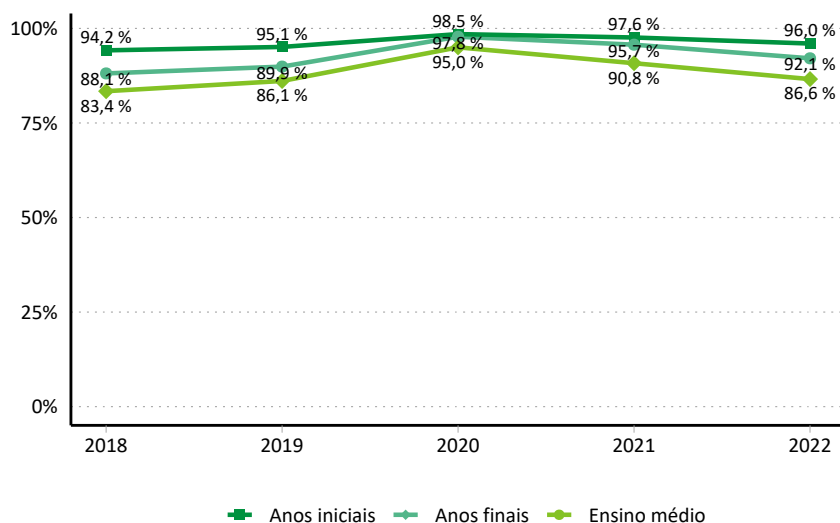


GRÁFICO 5

TAXA DE APROVAÇÃO, SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2018 E 2022

Fonte: Elaborada pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nos anos de 2020 e 2021, por conta da pandemia, as escolas adotaram uma série de ajustes no planejamento curricular alinhados às recomendações do Conselho Nacional de Educação (CNE) e de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O principal ajuste foi a adoção de um continuum curricular, conforme sugerido em resolução do CNE (Resolução CNE/CP nº 2/2020), para os anos 2020-2021, que envolveu o replanejamento do currículo e do calendário escolar de forma a assegurar a inclusão de eventuais objetivos não cumpridos em 2020 no ano letivo de 2021.

A resolução também sugeriu que avaliações e exames de conclusão do ano letivo de 2020 levassem em conta os conteúdos curriculares efetivamente oferecidos aos estudantes, com revisão dos critérios adotados nos processos de avaliação com o objetivo de evitar o aumento da reprovação e do abandono escolar, que acabariam impondo uma nova penalidade aos estudantes para além da própria pandemia. O documento apresenta ainda diversas recomendações que visavam orientar as redes de ensino no enfrentamento das dificuldades, de modo a reduzir os impactos da suspensão das atividades presenciais ocasionada pela crise sanitária global.

Em agosto de 2021, complementarmente, o CNE instituiu por meio da Resolução CNE/CP nº 2/2021 as diretrizes nacionais orientadoras para a implementação do retorno às atividades presenciais de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. Esse documento afirma que o reordenamento curricular deve possibilitar a reprogramação dos calendários escolares de 2021 e 2022, cumprindo de modo contínuo os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de cada fase, etapa, ano/série, nível e modalidade.

COR/RAÇA

Em 2023, a única etapa em que se verifica uma maior proporção da cor/raça branca foi a creche (49,7%), onde o acesso ainda não é universalizado. Constata-se que a mudança no perfil dos alunos se inicia na pré-escola, mas se consolida no ensino fundamental, etapa que possui acesso praticamente universalizado, indicando acesso desigual por cor/raça na creche. Observa-se o maior percentual de pretos e pardos na educação de jovens e adultos (EJA), em que representam 74,9% dos alunos. A ausência da informação de cor/raça em nível nacional é de 25,5% considerando todas as etapas da educação básica (Gráfico 6).

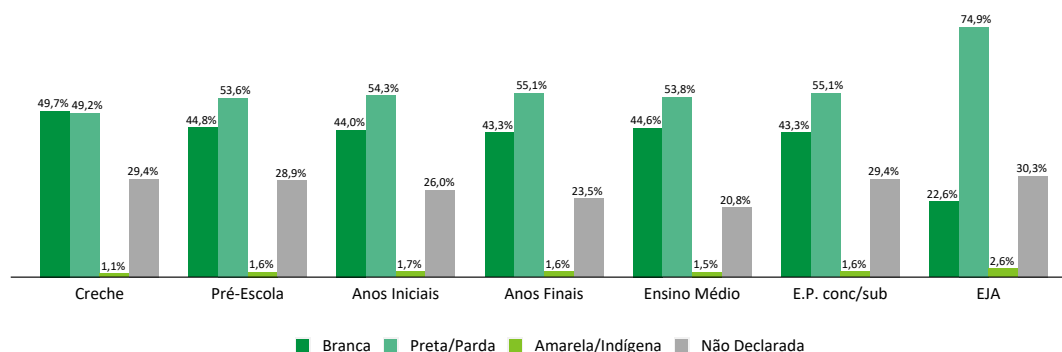


GRÁFICO 6

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS, POR COR/RAÇA, SEGUNDO AS ETAPAS DE ENSINO – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Notas: 1) Os percentuais das categorias “Branca”, “Preta/parda” e “Amarela/Indígena” somam 100% dos que declararam cor/raça; 2) O percentual de cor/raça “Não declarada” é apresentado em relação ao total de matrículas de cada etapa.

1.1.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

HISTÓRICO

Percebe-se no Gráfico 7, um movimento de queda da matrícula da educação infantil entre 2019 e 2021 - que ocorreu principalmente na rede privada - e de posterior recuperação nos dois anos seguintes, com crescimento de 4,8% no último ano. Esse crescimento teve contribuição da rede privada com 5,7% no último ano (altas de 3,6% na creche e de 8,3% na pré-escola), enquanto a rede pública apresentou aumento de 4,5% (altas de 5,3% na creche e de 3,9% na pré-escola).

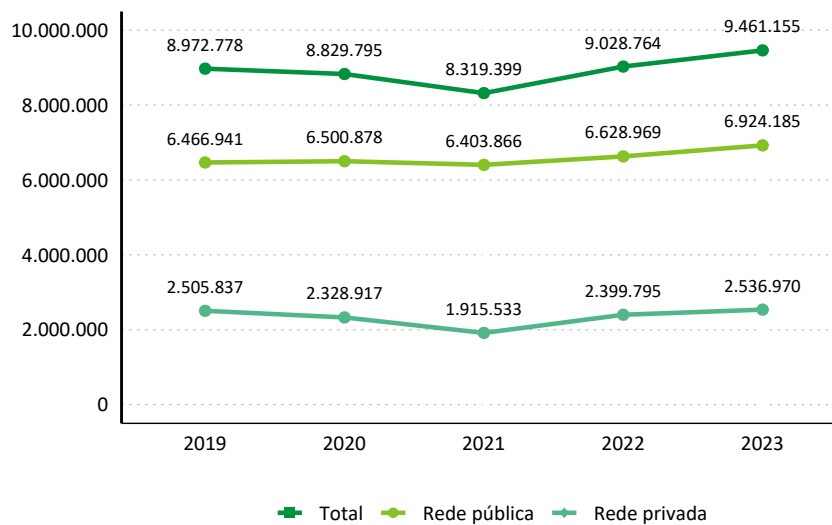


GRÁFICO 7

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

As redes municipal e privada apresentam a maior participação na educação infantil, com 72,5% e 26,9% das matrículas, respectivamente. Do total de matrículas da rede privada, 34,5% estão em instituições conveniadas com o poder público. A participação da rede privada subiu de 26,6% para 26,9% entre 2022 e 2023 (Gráfico 8).

VERSÃO PRELIMINAR

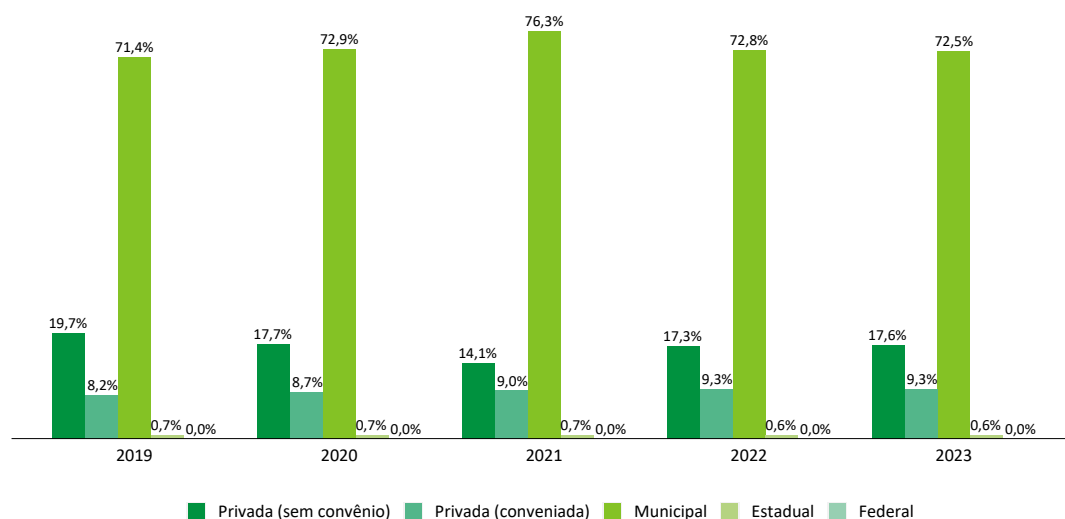


GRÁFICO 8

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

Em relação à localização, observa-se que 11,1% das matrículas da educação infantil estão em escolas da zona rural. Percebe-se também que 96,7% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública. Enquanto na pré-escola 13,3% das matrículas estão em escolas rurais, esse valor alcança apenas 8,3% das matrículas em creches (Gráfico 9).

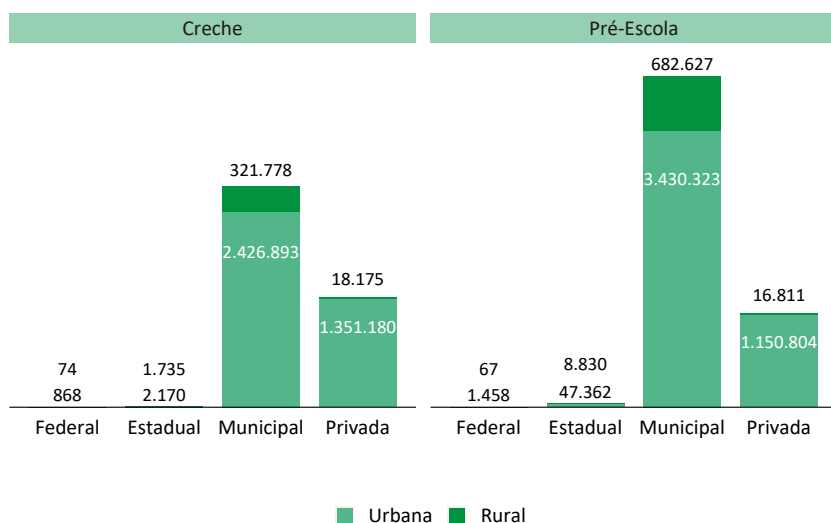


GRÁFICO 9

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA CRECHE E NA PRÉ-ESCOLA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

TEMPO INTEGRAL

O percentual de matrículas em tempo integral na creche foi de 57,9%, apresentando um crescimento de 0,9 p.p. em relação a 2022. Já na pré-escola, o percentual se elevou gradativamente de 2019 a 2023, passando de 11,4%, para 14,2% (Gráfico 10).

VERSÃO PRELIMINAR

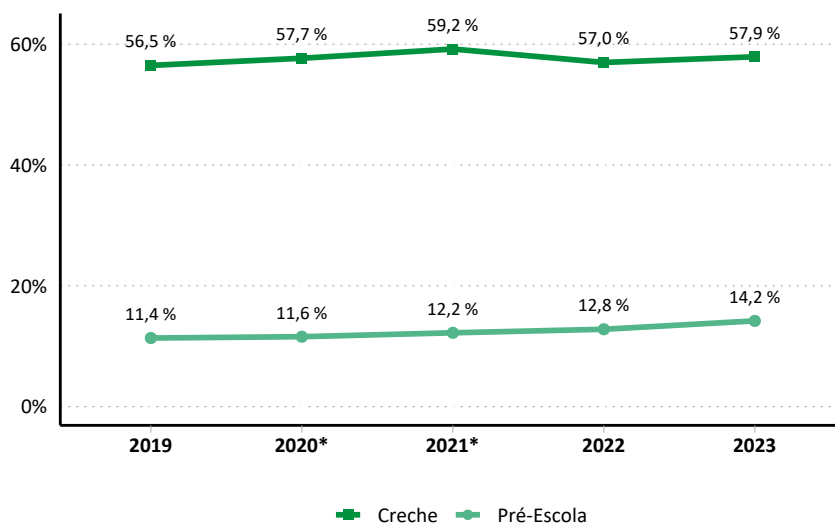


GRÁFICO 10

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NA CRECHE E NA PRÉ-ESCOLA – BRASIL – 2019 - 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Notas: *É importante observar que os dados de tempo integral do período de 2020 a 2021 refletem o planejamento da escola e não podem ser considerados como absolutos, já que a carga horária efetiva foi consideravelmente afetada pela dinâmica de fechamento e reabertura das escolas no período de pandemia e pós-pandemia. **Como citado na introdução, a metodologia de cálculo do tempo integral passou por ajustes.

1.1.3 ENSINO FUNDAMENTAL

HISTÓRICO

Em 2023, foram registradas 26,1 milhões de matrículas no ensino fundamental. Esse valor é 3,0% menor do que o registrado para o ano de 2019. Nos últimos cinco anos, essa redução foi mais acentuada nos anos iniciais (3,9%) do que nos anos finais do ensino fundamental (1,9%) (Gráfico 11).

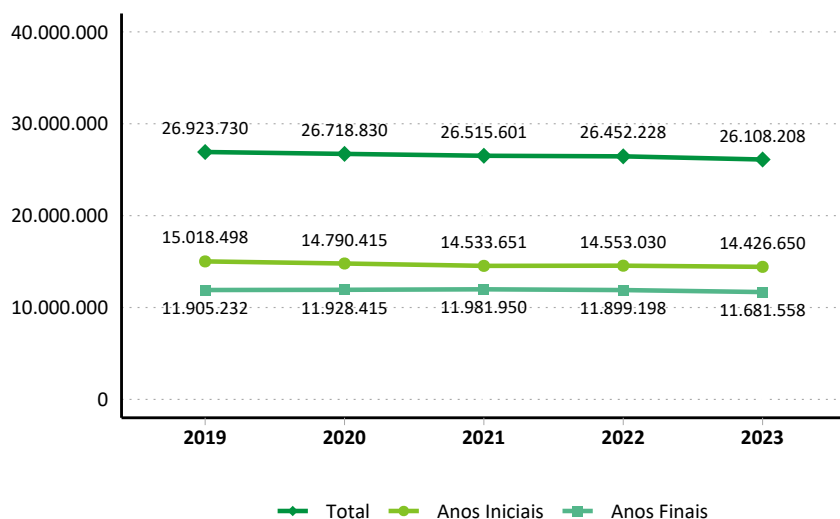


GRÁFICO 11

NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, a rede municipal apresenta a maior participação, com 69,5% das matrículas, seguida pelas redes privada (19,3%) e estadual (11,2%). O percentual de matrículas da rede municipal teve um leve aumento (1,9 p.p.) entre 2019 e 2023. Enquanto isso, observou-se uma redução de 1,9 p.p. nas matrículas da rede estadual. A participação da rede privada variou de 19,1% para 19,3% entre 2019 e 2023 (Gráfico 12).

VERSÃO PRELIMINAR

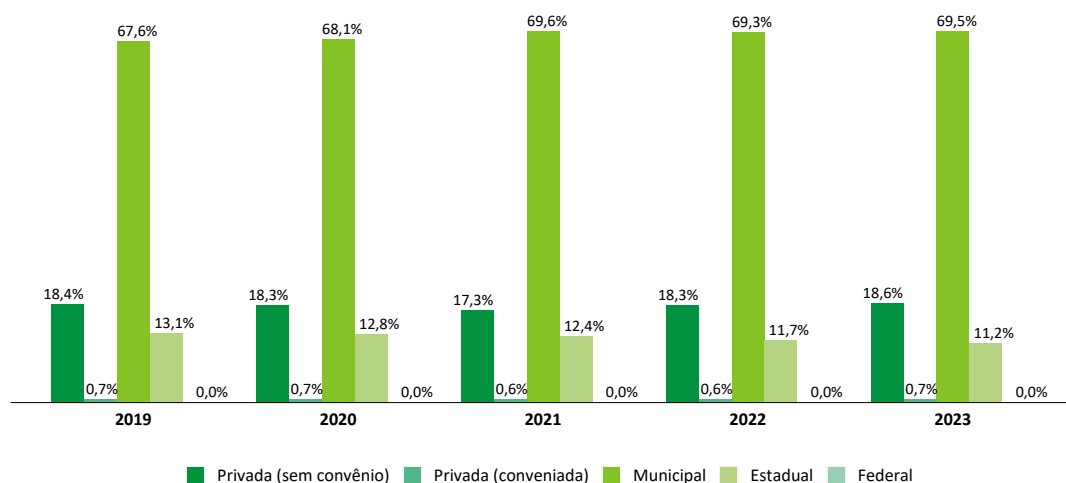


GRÁFICO 12

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NOS ANOS INICIAIS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nos anos finais do ensino fundamental, a rede municipal representa 44,0% das matrículas, seguida pelas redes estadual (39,5%) e privada (16,4%). O percentual de matrículas da rede municipal aumentou 1,1 p.p. entre 2019 e 2023. Enquanto isso, observou-se uma redução de 2,1 p.p. no número de matrículas da rede estadual, que historicamente já foi superior ao da rede municipal. A participação da rede privada, que já havia se recuperado em 2022, subiu 0,9 p.p. em 2023 (Gráfico 13).

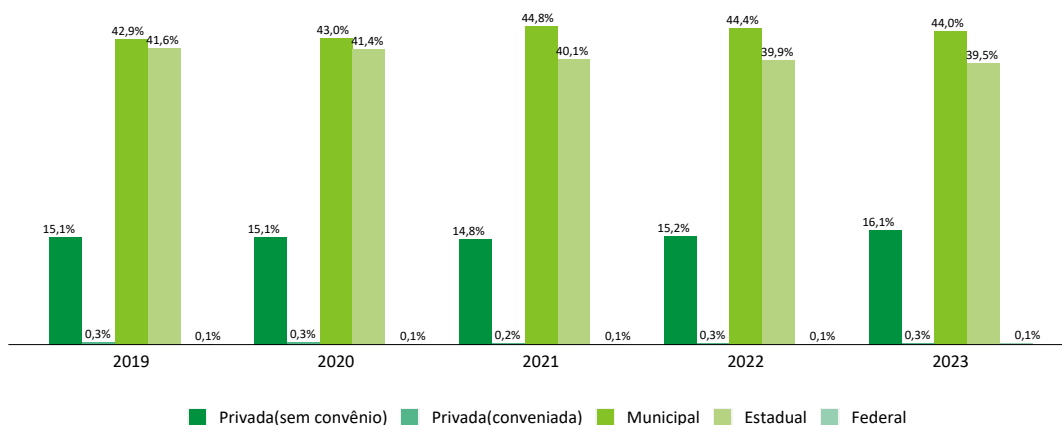


GRÁFICO 13

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NOS ANOS FINAIS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

Ao avaliar como o número de matrículas do ensino fundamental está distribuído em relação à localização da escola, nota-se que 87,5% estão em escolas urbanas. Além disso, 98,8% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública. Proporcionalmente, existe um maior número de matrículas na zona rural nos anos iniciais (13,5%) do que nos anos finais (11,2%), conforme dados o Gráfico 14.

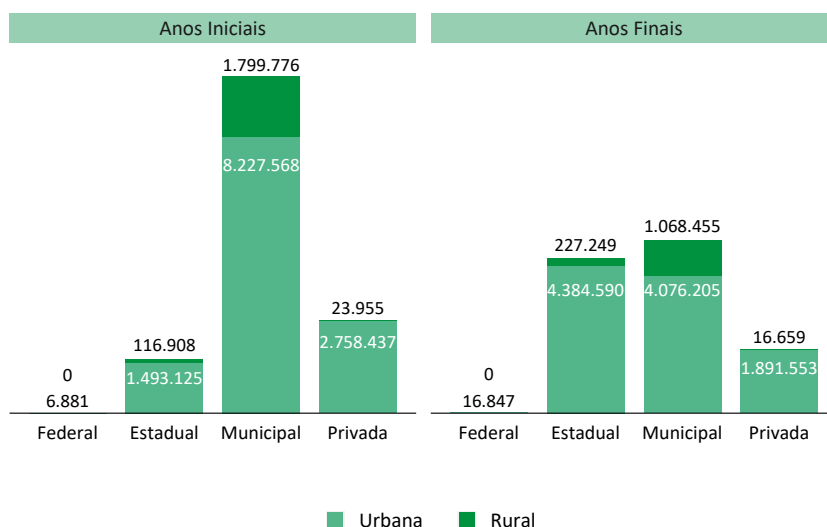


GRÁFICO 14

NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

A distorção idade-série do ensino fundamental da rede pública teve queda no último ano, passando de 13,8% em 2022 para 13,3% em 2023 (nos anos iniciais, passou de 7,7% para 8,2% e, nos anos finais, de 21,0% para 19,3%). No ensino fundamental, as maiores taxas de distorção da rede pública são encontradas para o 7º, o 8º e o 9º anos, com 19,7%, 20,4% e 19,2%, respectivamente. Ainda na rede pública, os alunos do sexo masculino apresentam taxas de distorção idade-série maiores para todos os anos do ensino fundamental em relação às alunas - as maiores discrepâncias nas taxas de distorção são observadas no 7º e 8º ano, que apresentaram diferenças de 7,9 p.p. entre alunas e alunos (Gráfico 15).

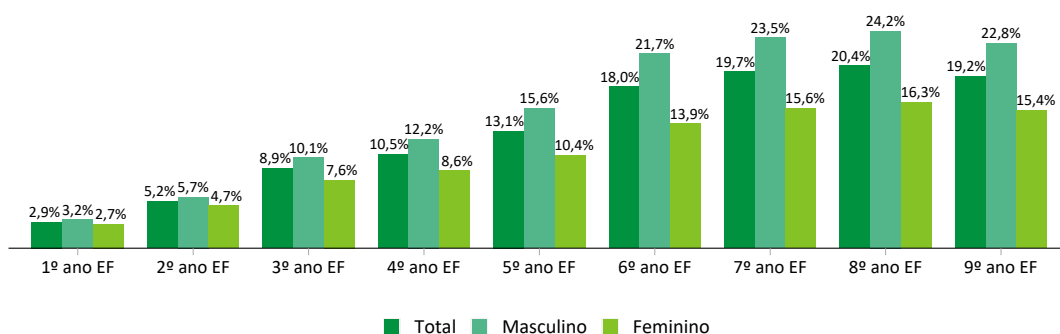


GRÁFICO 15

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA REDE PÚBLICA, POR SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Pelo fato da rede privada apresentar historicamente bons índices de aprovação, a distorção idade-série dela é, de modo geral, inferior e menos variável do que a da rede pública. Diferentemente do observado na rede pública, as maiores taxas de distorção são encontradas para o 3º, 8º e 9º ano, sendo 5,4%, 5,1% e 5,0%, respectivamente. Da mesma forma, os alunos do sexo masculino matriculados na rede privada apresentam maiores taxas de distorção idade-série para todos os anos do ensino fundamental em comparação com as alunas. As maiores discrepâncias são observadas no 8º e 9º ano, com diferença de 2,5 p.p. (Gráfico 16).

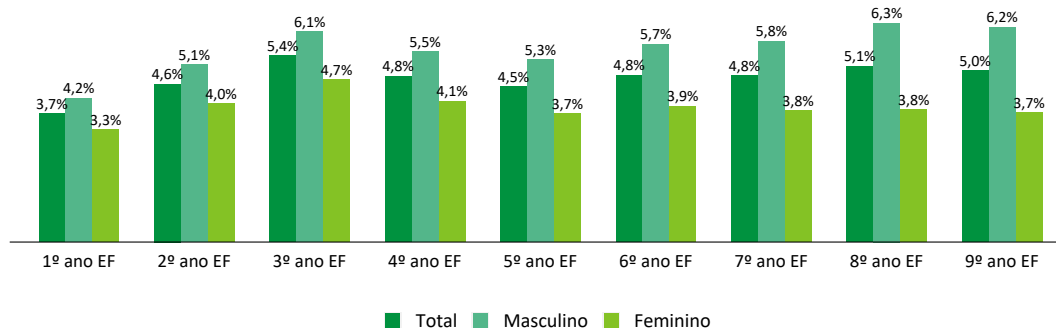


GRÁFICO 16

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA REDE PRIVADA, POR SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

TEMPO INTEGRAL

Em 2023, 14,9% dos matriculados no ensino fundamental apresentaram tempo de permanência na escola ou em atividades escolares igual ou superior a 35 horas semanais (ou, de maneira equivalente, igual ou superior à média de 7 horas diárias, considerando cinco dias de atividade na semana), caracterizando-os como alunos de tempo integral. A proporção de matrículas de tempo integral na rede privada foi de 3,3%, enquanto que na rede pública foi de 17,5% (Gráfico 17).

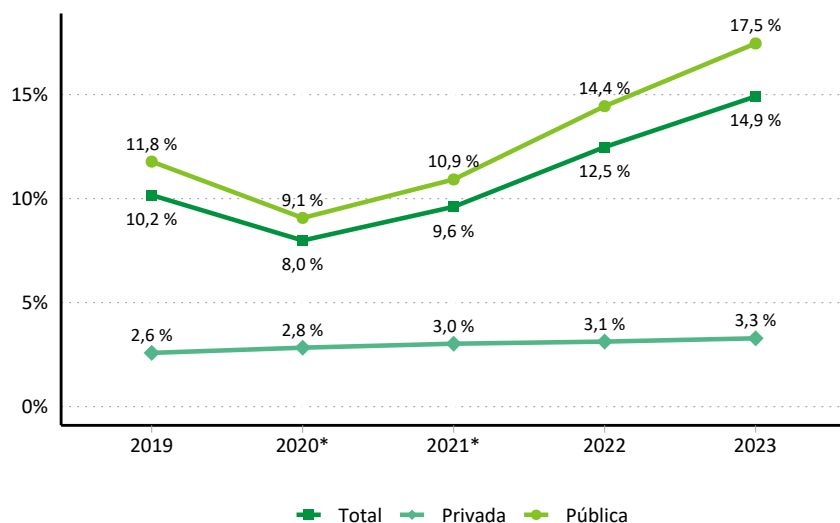


GRÁFICO 17

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO REDE DE ENSINO - BRASIL – 2019 - 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Notas: *É importante observar que os dados de tempo integral do período de 2020 a 2021 refletem o planejamento da escola e não podem ser considerados como absolutos, já que a carga horária efetiva foi consideravelmente afetada pela dinâmica de fechamento e reabertura das escolas no período de pandemia e pós-pandemia. **Como citado na introdução, a metodologia de cálculo do tempo integral passou por ajustes.

1.1.4 ENSINO MÉDIO

HISTÓRICO

Em 2023, foram registradas 7,7 milhões de matrículas no ensino médio. O total de matrículas apresentou uma redução de 2,4% no último ano. A matrícula integrada à educação profissional cresceu 32,2% nos últimos cinco anos, passando de 623.178 em 2019 para 823.587 em 2023 (Gráfico 18).

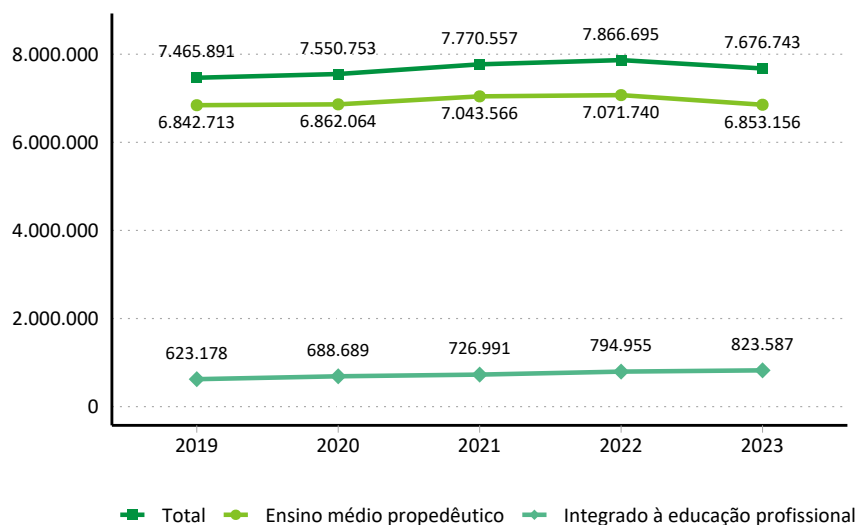


GRÁFICO 18

NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO (TOTAL, INTEGRADO E NÃO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL) – BRASIL – 2019 - 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

A rede estadual possui a maior participação na matrícula do ensino médio, com 83,6%, seguida pela rede privada (12,9%). Apesar de ser a etapa de maior expressão da rede federal, sua participação é de apenas 3,1% das matrículas. Os percentuais de matrículas por rede de ensino se mantiveram relativamente estáveis entre 2019 e 2023 (Gráfico 19).

VERSÃO PRELIMINAR

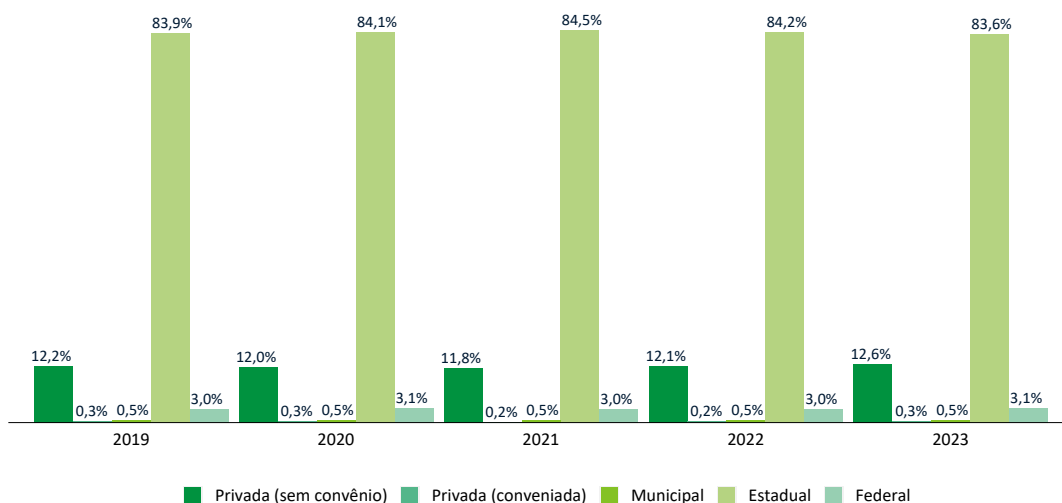


GRÁFICO 19

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

A maioria das matrículas do ensino médio (94,5%) está localizada em escolas urbanas. Além disso, 96,0% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública. A rede federal é a que apresenta, proporcionalmente, o maior número de matrículas localizadas na zona rural (14,4%), conforme mostra o Gráfico 20.

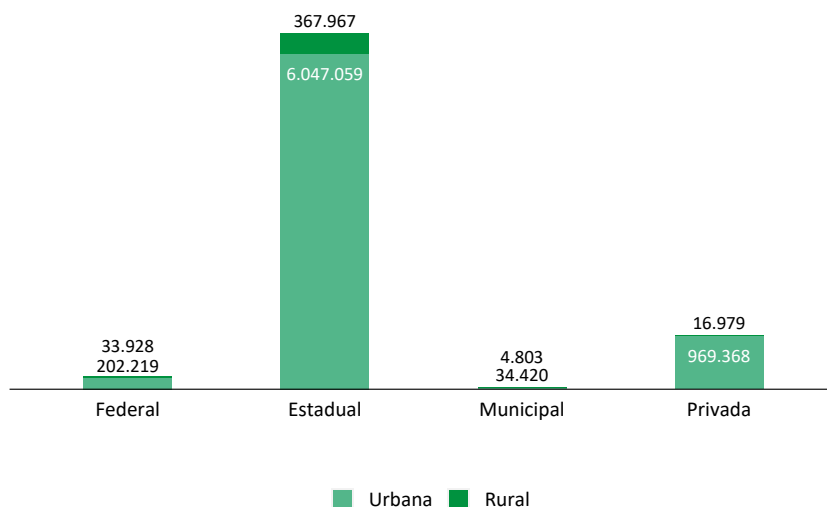


GRÁFICO 20

NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Em 2023, a distorção idade-série do ensino médio foi de 19,5%, valor inferior ao verificado em 2022 (22,2%). As taxas de distorção do ensino médio são mais elevadas na rede pública do que na privada. Na rede pública, considerando as três primeiras séries dessa etapa, a maior distorção é observada para a 1ª série, com taxas de 24,7%. O mesmo comportamento ocorre na rede privada, com taxa de distorção de 6,6% para a 1ª série. Para ambas as redes, os alunos do sexo masculino apresentam taxas de distorção maiores nas três primeiras séries do ensino médio. A maior discrepância nessa taxa, entre masculino e feminino, pode ser observada na 1ª série da rede pública, com uma diferença de 8,7 p.p. (Gráfico 21).

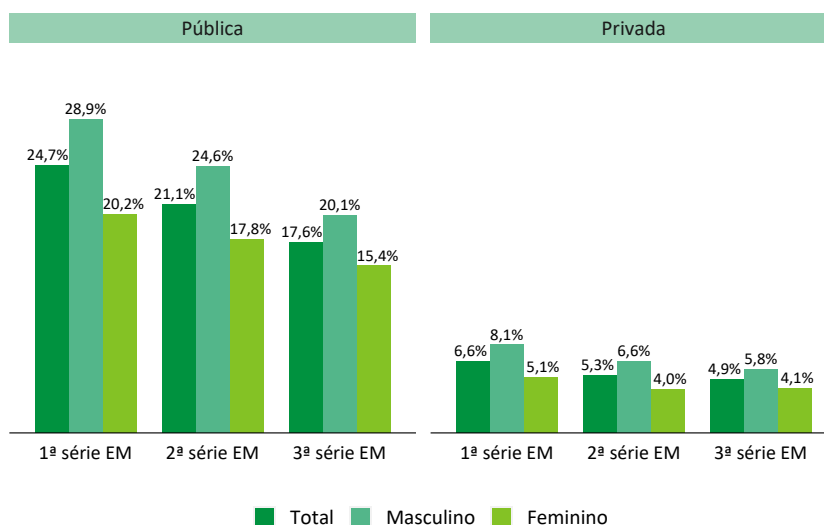


GRÁFICO 21

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE DO ENSINO MÉDIO POR REDE DE ENSINO, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

TEMPO INTEGRAL

Em 2023, 20,4% dos matriculados no ensino médio apresentaram tempo de permanência na escola ou em atividades escolares igual ou superior a 35 horas semanais (ou, de maneira equivalente, igual ou superior à média de 7 horas diárias, considerando cinco dias de atividade na semana), caracterizando-os como alunos de tempo integral. Em 2019, esse percentual era de 11,3%. A proporção de matrículas de tempo integral é maior na rede pública (21,9%) do que na privada (11,0%). Desde 2019, a proporção de matrículas da rede pública classificadas como de tempo integral aumentou 9,9 p.p. No mesmo período, a proporção de matrículas em tempo integral na rede privada aumentou 4,7 p.p, com uma inclinação maior a partir de 2021. (Gráfico 22).

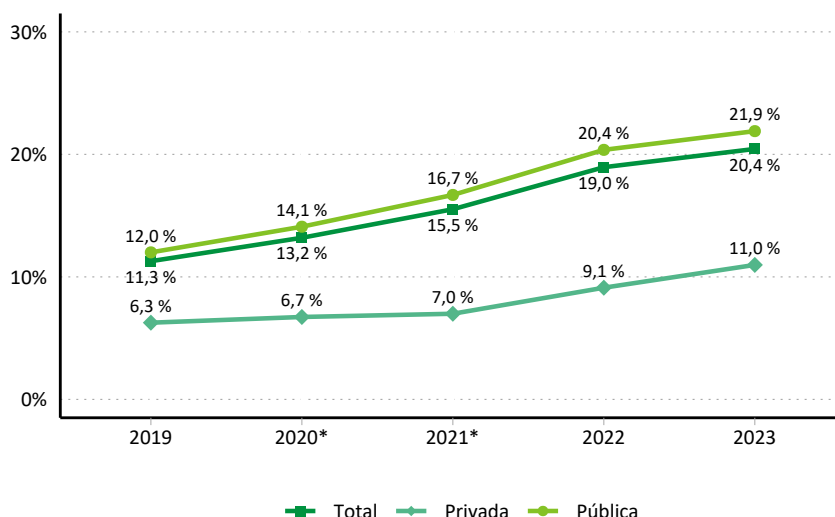


GRÁFICO 22

PROPORÇÃO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO POR REDE DE ENSINO - BRASIL – 2019 - 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Notas: *É importante observar que os dados de tempo integral do período de 2020 a 2021 refletem o planejamento da escola e não podem ser considerados como absolutos, já que a carga horária efetiva foi consideravelmente afetada pela dinâmica de fechamento e reabertura das escolas no período de pandemia e pós-pandemia. **Como citado na introdução, a metodologia de cálculo do tempo integral passou por ajustes.

ESTRUTURA CURRICULAR: FORMAÇÃO GERAL BÁSICA E ITINERÁRIO FORMATIVO

A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu alterações importantes na estrutura curricular do ensino médio. Dentre elas, destaca-se a ampliação do tempo mínimo do estudante na escola (de 2.400 horas para 3.000 horas, ao longo dos três anos do ensino médio), a definição de uma nova organização curricular que contemple a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a adoção dos chamados itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento (Matemática e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e na formação técnica e profissional (Brasil, 2017). O ano de 2022 foi estabelecido como prazo limite para a implementação da ampliação da carga horária no ensino médio - os dados do Censo Escolar 2023 apontam que a maior parte das redes de ensino possuem características do novo ensino médio implementadas na primeira e segunda série do ensino médio, o que indicaria o início da implementação na primeira série desta etapa em 2022.

A estrutura curricular do novo ensino médio pode ser separada em dois grandes blocos: a Formação Geral Básica, com as aprendizagens essenciais, comuns a todos os jovens e previstas na BNCC, e os Itinerários Formativos, ofertando possibilidades de escolha para os jovens conforme seus interesses e necessidades.



Formação Geral Básica (FGB) - é o conjunto de competências e habilidades previstas na BNCC que devem nortear os currículos das secretarias de educação, definindo o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais para fortalecer a formação integral dos estudantes.



Itinerário Formativo - é o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras unidades curriculares, que os estudantes poderão escolher durante o ensino médio para aprofundar os seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho (Resolução CNE/CEB nº 3/2018). Esses itinerários poderão ser ofertados no âmbito de uma área do conhecimento (Matemática e suas Tecnologias; Linguagens e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e da Formação Técnica e Profissional (FTP), ou mesmo combinando duas ou mais áreas com a FTP.

No Censo escolar, a estrutura curricular da turma no contexto do novo ensino médio pode ser declarada das seguintes formas: apenas Formação Geral Básica; apenas Itinerário Formativo, ou ainda composta por Formação Geral Básica e Itinerário Formativo numa mesma turma (cenário mais comum para turmas em que todos os alunos frequentam um mesmo itinerário formativo e trilha de aprofundamento). Dessa forma, a escola pode registrar diversos tipos de arranjos, permitindo, por exemplo, que um aluno frequente a Formação Geral Básica numa turma e o Itinerário Formativo em outra turma na mesma escola ou até mesmo em outra escola - maiores detalhes no caderno de conceitos e orientações do Censo Escolar relativo ao Novo Ensino Médio (Brasil, 2023).

As redes de ensino têm autonomia para definir quais itinerários formativos serão ofertados, considerando um processo que envolva a participação de toda a comunidade escolar. Essa oferta possibilita a escolha das trilhas de aprofundamento e disciplinas eletivas pelos estudantes, ampliando seus conhecimentos em uma ou mais áreas de interesse. No Censo Escolar, para as turmas de Itinerário Formativo, os gestores devem registrar a existência ou não das seguintes unidades curriculares: Projeto de Vida; Trilhas de aprofundamento/aprendizagens; Eletivas; Língua/Literatura estrangeira – Espanhol, Francês e Outras; Língua Brasileira de Sinais (Libras) / Língua indígena; Outra(s) unidade(s) curricular(es) obrigatória(s).



Projeto de Vida - é uma estratégia pedagógica cujo objetivo é promover o autoconhecimento do estudante e sua dimensão cidadã, de modo a orientar o planejamento da carreira profissional almejada, a partir de seus interesses, talentos, desejos e potencialidades.

Nas turmas com trilhas de aprofundamento/aprendizagens as escolas devem ainda declarar qual ou quais as trilhas realizadas por cada aluno dentre as seguintes áreas (o preenchimento da área é opcional apenas para alunos da 1ª série do ensino médio): Linguagens e suas Tecnologias;

Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Formação Técnica e Profissional. Além dessas, há ainda a opção do "Itinerário formativo integrado" que indica a oferta articulada de ao menos duas das áreas anteriores - quando essa opção é registrada as áreas que estão articuladas são registradas em seguida.

Considerando que o novo ensino médio possui uma legislação relativamente recente, que ainda se encontra em processo de implementação e consolidação nas redes de ensino, e que, tal como apresentado anteriormente, possui diversos novos conceitos envolvidos, pode-se dizer que este é um tema em transformação. O Censo Escolar, da mesma forma, tem passado por diversos ajustes, com a criação de novos campos e conceitos para tentar captar da melhor maneira essa realidade. Como é natural nesses processos, as redes de ensino e escolas ainda estão consolidando suas práticas e se apropriando dos novos conceitos apresentados no Censo Escolar de forma que as estatísticas apresentadas neste documento ainda passarão por um processo de ajuste nos próximos anos.

Assim, por se tratar de um estágio inicial de implementação e coleta das informações, os dados apresentados neste documento buscam avaliar aspectos mais básicos da nova estrutura curricular, com o objetivo de apresentar um quadro geral do novo ensino médio. De todo modo, tais informações devem ser interpretadas à luz das considerações aqui apresentadas, buscando, sempre que possível, o contato direto com as redes de ensino e escolas para melhor compreensão do estágio de implementação do novo ensino médio.

O Gráfico 23 apresenta o percentual de alunos do ensino médio segundo estrutura curricular por rede e etapa de ensino. Nesse gráfico, a estrutura curricular foi categorizada da seguinte forma: alunos em turma de formação geral básica e itinerário formativo com trilhas de aprofundamento; alunos em turma de formação geral básica e itinerário formativo sem trilhas de aprofundamento; e alunos apenas em turma de formação geral básica - que não apresentariam componentes curriculares específicas do novo ensino médio. A separação dos alunos segundo a presença/ausência das trilhas de aprofundamento foi estipulada, pois essa unidade curricular indicaria uma trajetória curricular mais bem definida para o aluno - apesar do registro da área associada à trilha de aprofundamento não ser obrigatório para a primeira série do ensino médio.

Observa-se que o percentual de alunos em turmas de formação geral básica e itinerário formativo com trilhas de aprofundamento na primeira, segunda e terceira série do ensino médio foi de, respectivamente, 37%, 85,1% e 26,6%. O percentual de alunos em turmas de formação geral básica e itinerário formativo sem trilhas de aprofundamento na primeira, segunda e terceira série do ensino médio foi de, respectivamente, 41,9%, 5,8% e 7,4%. Já o percentual de alunos da primeira, segunda e terceira série do ensino médio, vinculados apenas a turmas de formação geral básica (sem componentes específicas do novo ensino médio) foi, respectivamente, de 21,1%, 9,0% e 66,0%. Os percentuais para a rede pública e para a rede privada são similares aos resultados gerais, conforme se verifica no Gráfico 23.

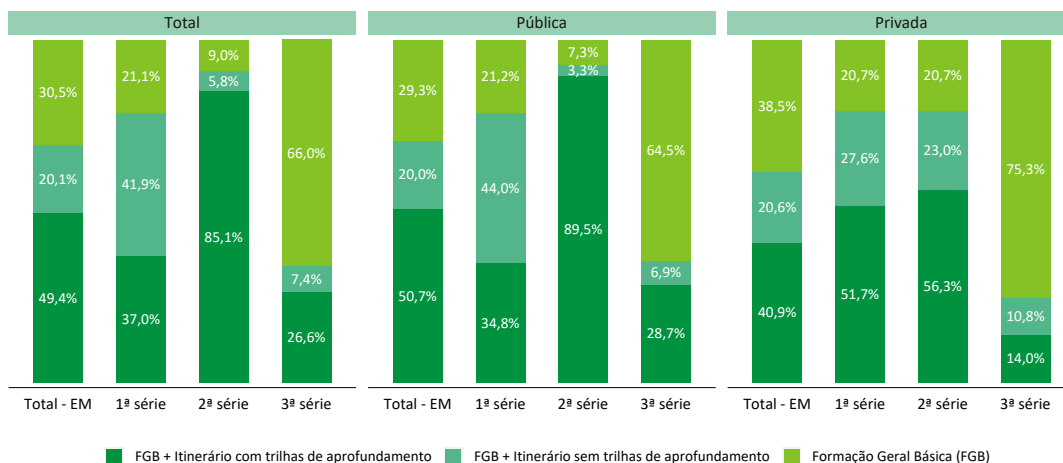


GRÁFICO 23

PERCENTUAL DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, POR REDE (TOTAL, PÚBLICA E PRIVADA) E ETAPA DE ENSINO (TOTAL, 1ª SÉRIE, 2ª SÉRIE E 3ª SÉRIE), SEGUNDO A ESTRUTURA CURRICULAR - BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nota: As duas categorias de itinerário consideram tanto os casos em que a formação geral básica e o itinerário formativo ocorrem na mesma turma, quanto o de turmas distintas.

O Gráfico 24 apresenta o percentual de alunos do ensino médio segundo estrutura curricular por etapa de ensino e unidade da federação, considerando conjuntamente as redes pública e privada. A estrutura curricular do novo ensino médio é observada, predominantemente, na primeira e na segunda série. Observa-se que, em 2023, 24 unidades da federação apresentaram um percentual de alunos em turmas de formação geral básica e itinerário formativo superior a 80% na primeira e segunda série do ensino médio. Os estados do Piauí, Mato Grosso do Sul e Tocantins se destacam pelo avanço na implementação do novo ensino médio, alcançando um percentual de alunos acima de 85% nas três séries da etapa.

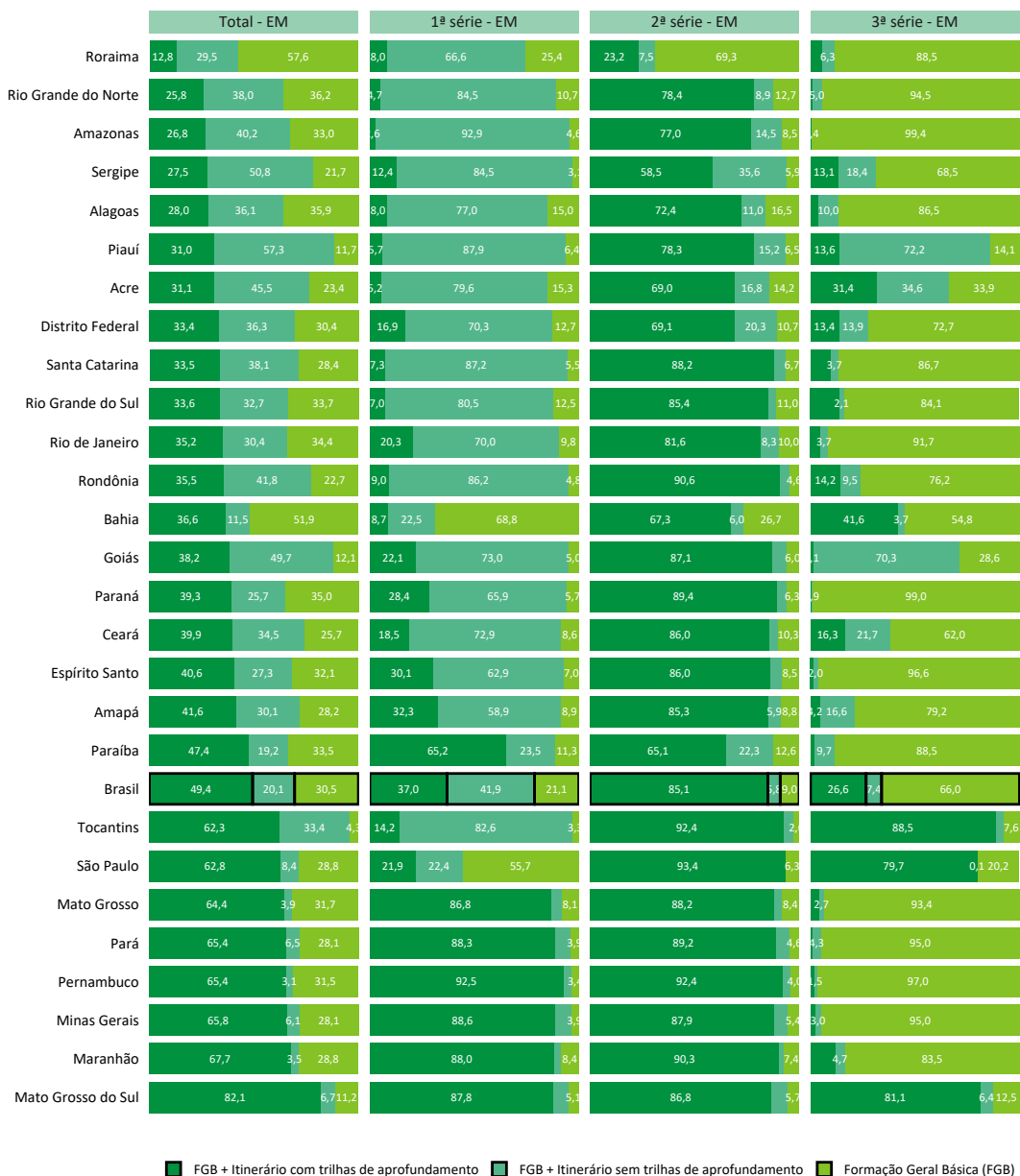


GRÁFICO 24
PERCENTUAL DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO E ETAPA DE ENSINO, SEGUNDO ESTRUTURA CURRICULAR - BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nota: As duas categorias de itinerário consideram tanto os casos em que a formação geral básica e o itinerário formativo ocorrem na mesma turma, quanto o de turmas distintas.

As turmas de itinerário formativo são compostas por unidades curriculares. O Gráfico 25 destaca algumas dessas unidades curriculares, apresentando o percentual de alunos do ensino médio em cada uma delas por etapa de ensino - o percentual de alunos em trilha de aprofundamento é representado apenas para comparação com o percentual das demais

unidades curriculares e o percentual de alunos em turmas de itinerário representaria o limite máximo da oferta dessas unidades, pois as unidades curriculares estão disponíveis para preenchimento apenas para alunos em turmas de itinerário formativo.

A unidade curricular com maior percentual de alunos no ensino médio (55,5%) é o Projeto de Vida. De forma geral, verifica-se que o percentual de alunos com Projeto de Vida na 1ª, 2ª e 3ª série do ensino médio é de 67,2%, 74,1% e 20,0%, respectivamente. - quando se restringe aos alunos em turmas de itinerário formativo esses percentuais passam para 85,1%, 81,5%, 58,7%, indicando maior presença na 1ª série. O percentual de alunos matriculados em unidades eletivas - que visam ampliar o conhecimento dos estudantes nas suas áreas de interesse - também é elevado, representando 53,2%, 58,2% e 20,6% para a 1ª, 2ª e 3ª série do ensino médio, respectivamente. Considerando o subgrupo de alunos do itinerário esses percentuais mudam para 67,4%, 64,0% e 60,5%.

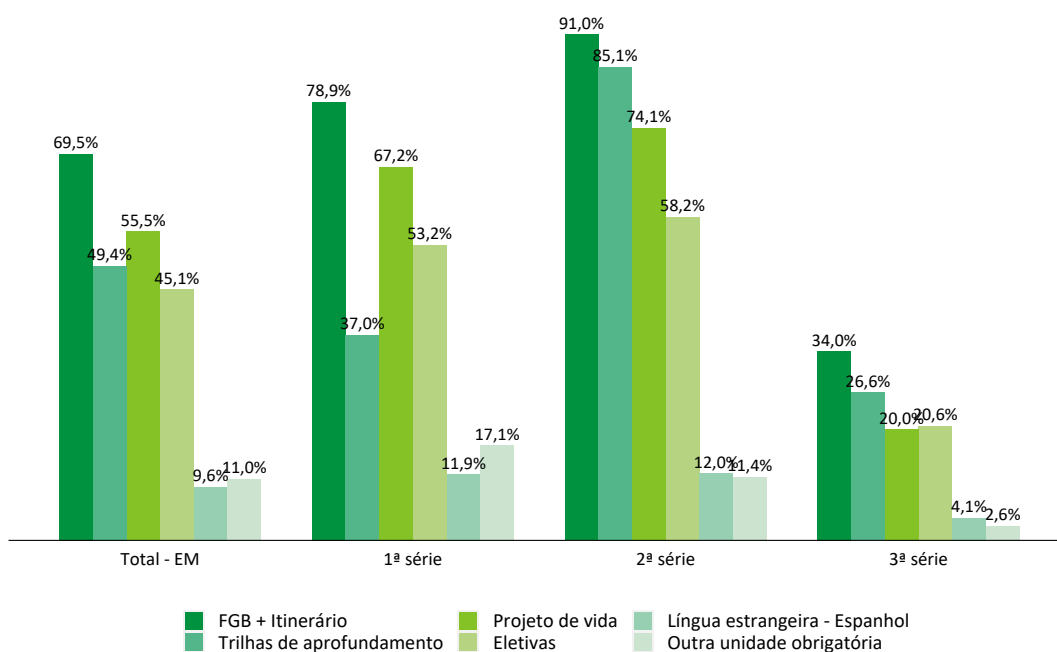


GRÁFICO 25

PERCENTUAL DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, POR ETAPA DE ENSINO, SEGUNDO UNIDADES CURRICULARES SELECIONADAS – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nota: Percentual de alunos em turmas de Itinerário Formativo (FGB + Itinerário) é apresentado apenas como referência, já que apenas esses podem ter unidades curriculares associadas.

Como apontado anteriormente, nas turmas com trilhas de aprofundamento as escolas informam a(s) área(s) definida(s) para cada aluno dentre: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Formação Técnica e Profissional. O Gráfico 26 apresenta o percentual de alunos em cada uma dessas áreas em relação ao total de alunos do ensino médio (o mesmo

aluno pode estar em mais de uma área), considerando tanto a oferta integrada/articulada quanto a não integrada. De forma geral observa-se um percentual de alunos do ensino médio similar nas áreas de Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais e Linguagens, com percentuais variando de 27,3% (Matemática) a 31,9% (Linguagens). A área de Formação Técnica e Profissional apresentou o menor percentual (5,1%).

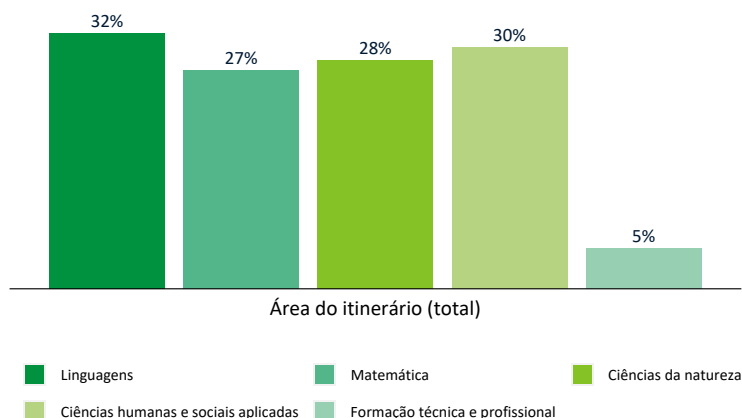


GRÁFICO 26

PERCENTUAL DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SEGUNDO A ÁREA DA TRILHA DE APROFUNDAMENTO DO ITINERÁRIO FORMATIVO – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.1.5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

HISTÓRICO

O número de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) diminuiu 20,9% entre 2019 e 2023 chegando a 2,6 milhões em 2023. A queda no último ano foi de 6,7%, ocorrendo de forma semelhante nas etapas de nível fundamental e de nível médio, que apresentaram redução de 6,9% e 6,3%, respectivamente (Gráfico ??).

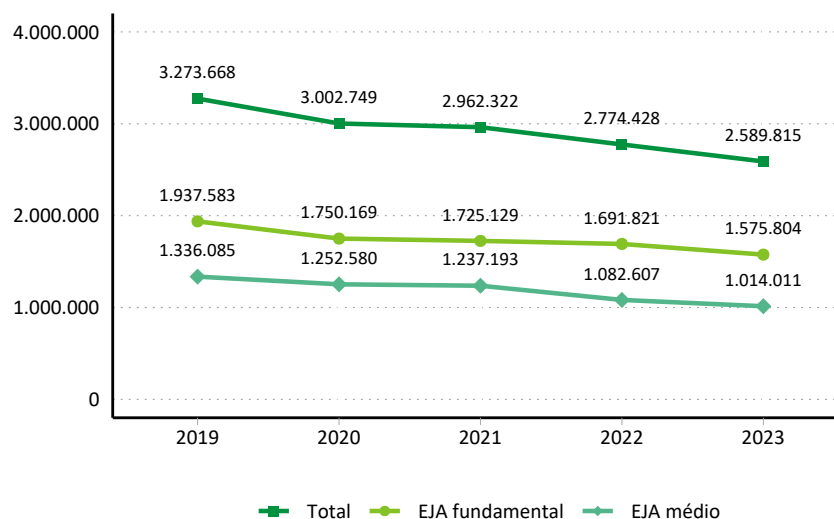


GRÁFICO 27

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

Na EJA de nível fundamental, 75,4% das matrículas estão na rede municipal, seguida pela rede estadual e pela rede privada, com 19,8% e 4,7% respectivamente. Na EJA de nível médio, a rede estadual é responsável por 84,7% das matrículas, seguida da rede privada e da municipal, com 12,4% e 2,1% respectivamente. A EJA de nível fundamental concentra, proporcionalmente, o maior número de matrículas na zona rural (31,0%), conforme revela o Gráfico 28.

VERSÃO PRELIMINAR

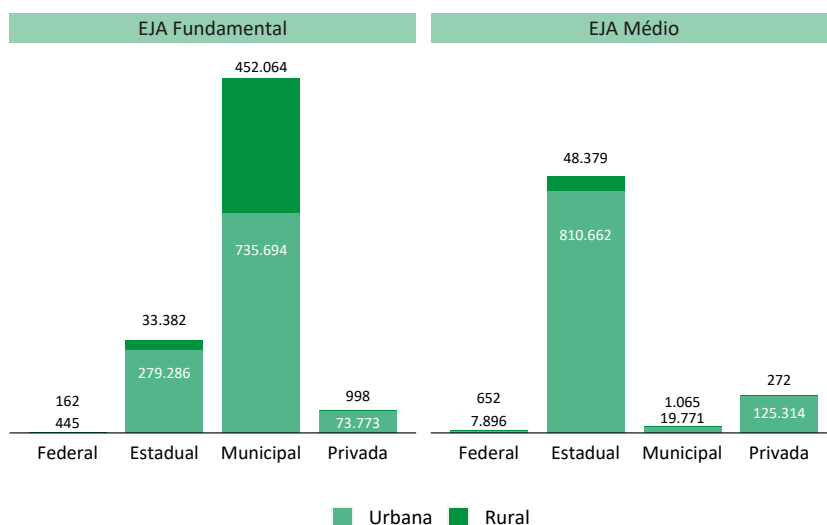


GRÁFICO 28

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E DE NÍVEL MÉDIO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

FAIXA ETÁRIA E SEXO

A EJA é composta, predominantemente, por alunos com menos de 40 anos, que representam 65,1% das matrículas. Nessa mesma faixa etária, os alunos do sexo masculino são maioria: 52,1%. Por outro lado, observa-se que as matrículas de estudantes acima de 40 anos são predominantemente compostas pelo sexo feminino: 59,2% (Gráfico 29).

VERSÃO PRELIMINAR

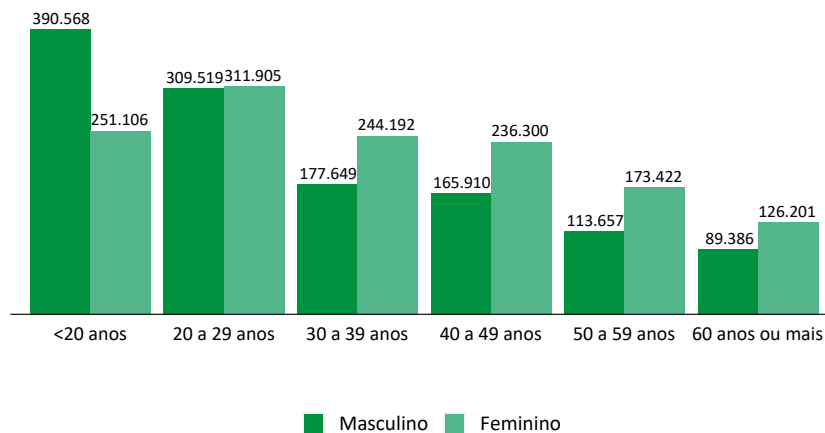


GRÁFICO 29

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

COR/RAÇA

Quanto à cor/raça, percebe-se que os alunos identificados como pretos/pardos representam 77,7% da EJA de nível fundamental e 70,7% da EJA de nível médio em relação à matrícula dos alunos com informação de cor/raça declarada. Os alunos declarados como brancos representam 19,6% da EJA de nível fundamental e 26,9% da EJA de nível médio (Gráfico 30).

VERSÃO PRELIMINAR

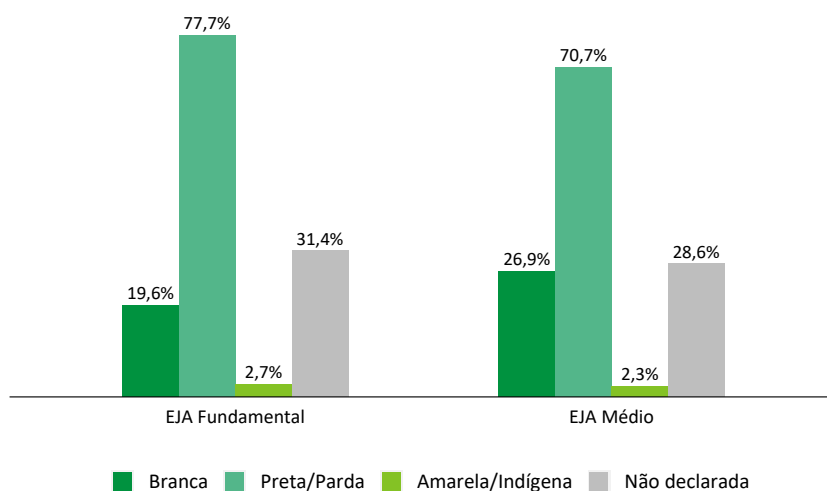


GRÁFICO 30

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E DE NÍVEL MÉDIO, SEGUNDO A COR/RAÇA – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.1.6 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

HISTÓRICO

O número de matrículas da educação profissional chegou a 2,4 milhão em 2023, um aumento de 26,1% em relação a 2019. Todas as modalidades da educação profissional tiveram aumento no número de matrículas em relação ao último ano, com exceção da EJA ensino médio que teve um discreto declínio; a modalidade com maior incremento relativo foi a dos cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional (FIC), que apesar do baixo número de matrículas em termos absolutos, cresceu 71,9% no último ano (Gráfico 31).

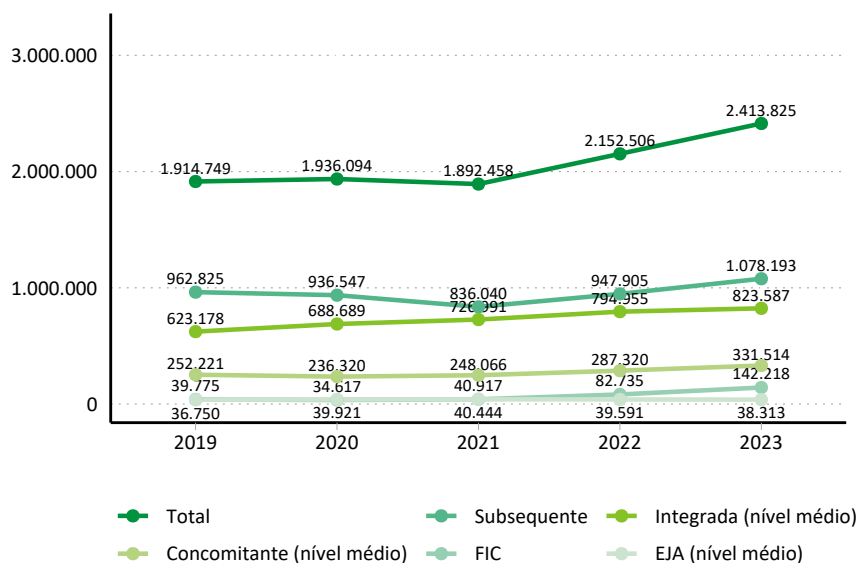


GRÁFICO 31

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

As matrículas da educação profissional estão principalmente concentradas na rede privada, representando 44,4%, seguida das redes estadual e federal, com 38,2% e 13,7%, respectivamente. De todas as etapas de ensino, a educação profissional é a que detém o maior número de matrículas na rede federal, alcançando 331.037 em 2023. A mesma rede apresenta o maior número de matrículas da educação profissional na zona rural, conforme evidencia o Gráfico 32.

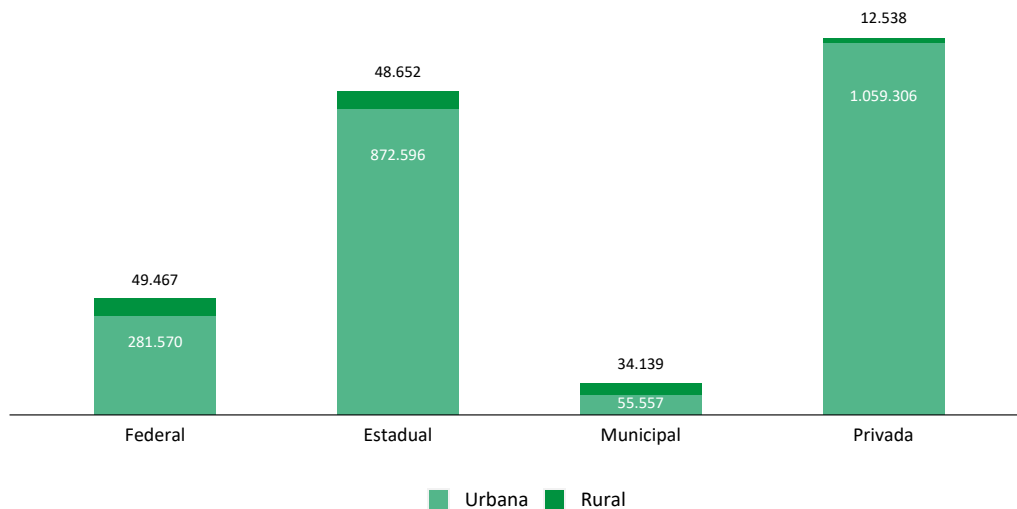


GRÁFICO 32

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

FAIXA ETÁRIA E SEXO

A educação profissional é composta predominantemente por alunos com menos de 30 anos, que representam 75,1% das matrículas. Há em todas as faixas etárias a predominância de matrículas de mulheres na educação profissional. A maior diferença na participação do sexo feminino está na faixa de 40 a 49 anos, com 62,9% (Gráfico 33).

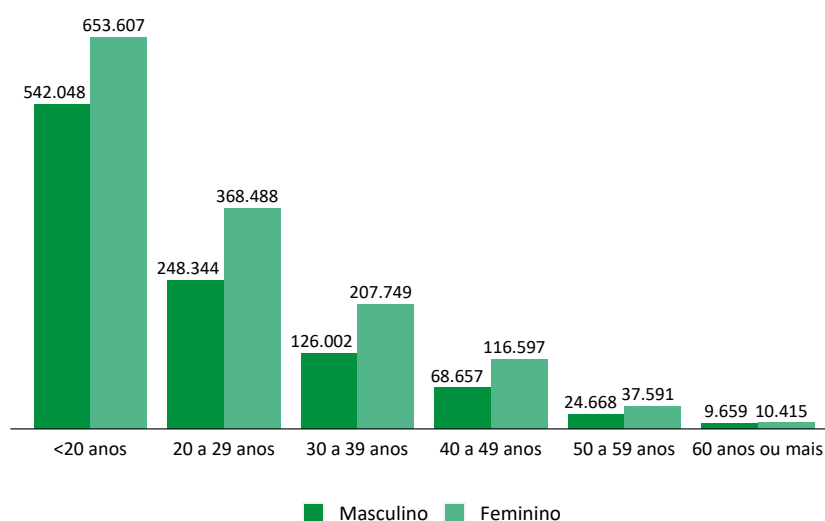


GRÁFICO 33

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

COR/RAÇA

Na educação profissional, de 1,8 milhão de matrículas com cor/raça declaradas, a proporção de brancos e de pretos/pardos é, respectivamente, 42,5% e 55,6%. No entanto, quando investigadas as modalidades da educação profissional, percebe-se uma predominância de pretos/pardos na EJA profissional de nível médio (79,4%) e nos cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional (FIC), em que eles representam 76,7% das matrículas. Os alunos declarados como amarelos/indígenas configuram apenas 1,9% do total de matrículas (Gráfico 34).

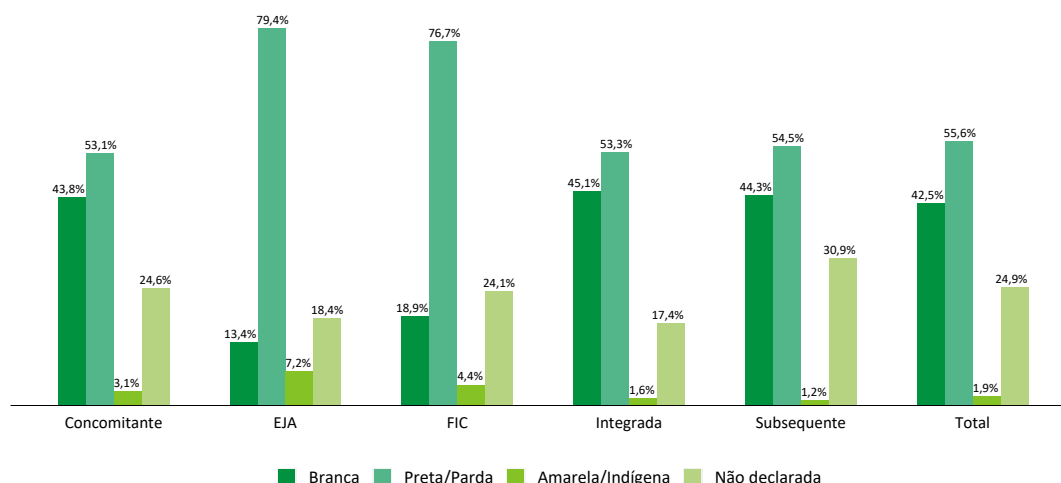


GRÁFICO 34

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO A COR/RAÇA – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.1.7 EDUCAÇÃO ESPECIAL

HISTÓRICO

O número de matrículas da educação especial chegou a 1,8 milhão em 2023, um aumento de 41,6% em relação a 2019. O maior número está no ensino fundamental, que concentra 62,9% dessas matrículas. Quando avaliado o aumento no número de matrículas entre 2019 e 2023, percebe-se que na educação infantil houve acréscimo de 193% nas matrículas de creche e de 151% nas de pré-escola (Gráfico 35).

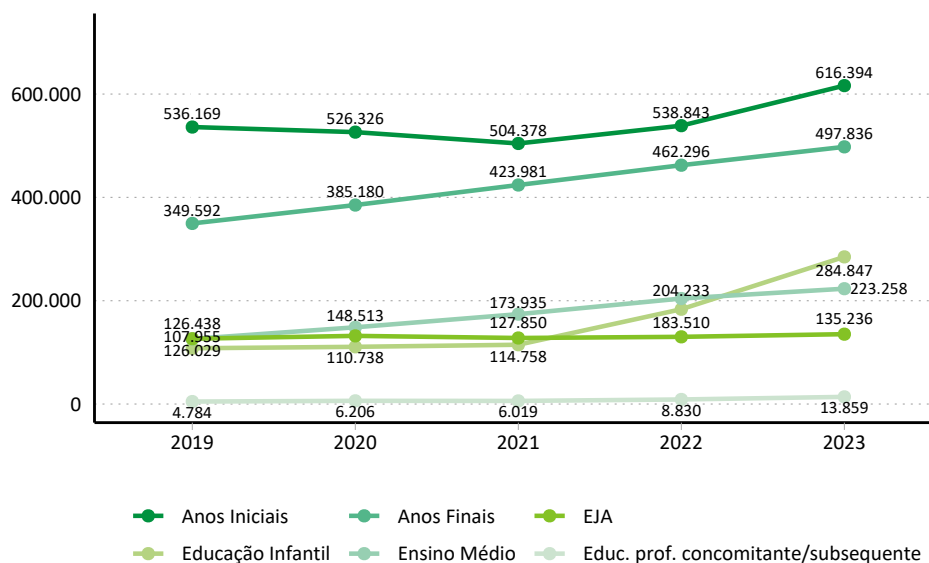


GRÁFICO 35

NÚMERO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES EM CLASSES COMUNS OU ESPECIAIS EXCLUSIVAS, SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

O percentual de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades matriculados em classes comuns tem aumentado gradualmente para a maioria das etapas de ensino. Com exceção da EJA, as demais etapas da educação básica apresentam mais de 90% de alunos incluídos em classes comuns em 2023. A maior proporção de alunos incluídos é observada no ensino médio, com inclusão de 99,5%. O maior aumento na proporção de alunos incluídos, entre 2019 e 2023, ocorreu na educação infantil, um acréscimo de 4,8 p.p. (Gráfico 36).



GRÁFICO 36

PERCENTUAL DE ALUNOS MATRICULADOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES QUE ESTÃO INCLUÍDOS EM CLASSES COMUNS, SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Destaca-se aqui o Plano Nacional de Educação (PNE), cuja Meta 4 se refere à educação especial inclusiva para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Observando o Gráfico 37, verifica-se que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classes comuns aumentou gradativamente ao longo dos anos. Em 2019, o percentual de alunos incluídos era de 92,7% e passou para 95% em 2023. O percentual de alunos incluídos em classes comuns com acesso às turmas de atendimento educacional especializado (AEE) passou de 40,6% em 2019 para 42% em 2023.

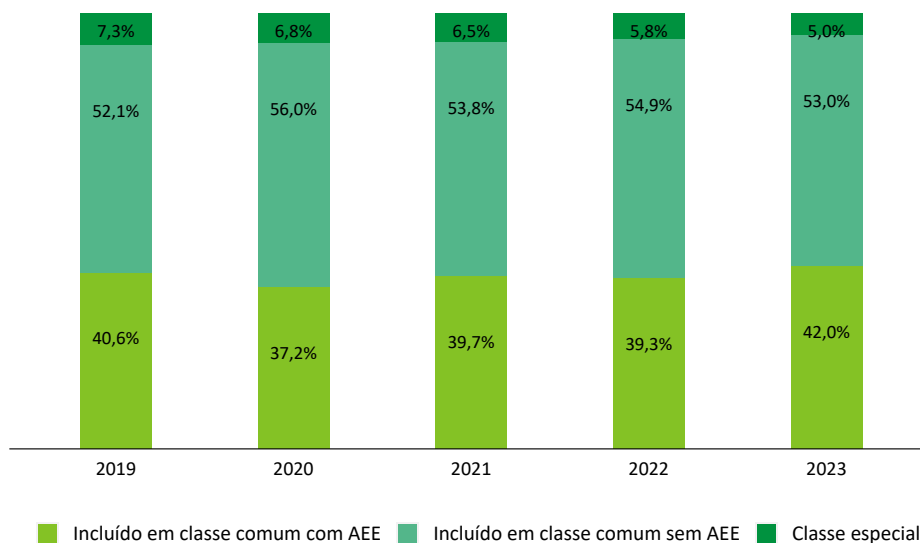


GRÁFICO 37

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO QUE FREQUENTAM CLASSES COMUNS (COM E SEM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO) OU CLASSES ESPECIAIS EXCLUSIVAS – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E INCLUSÃO

Ao comparar a oferta de educação inclusiva por dependência administrativa, observa-se que as redes estadual (97,8%) e municipal (97,3%) apresentam os maiores percentuais de alunos incluídos. No entanto, na rede privada a realidade ainda é diferente: do total de 263.874 matrículas da educação especial, somente 148.308 (56,2%) estão em classes comuns (Gráfico 38).

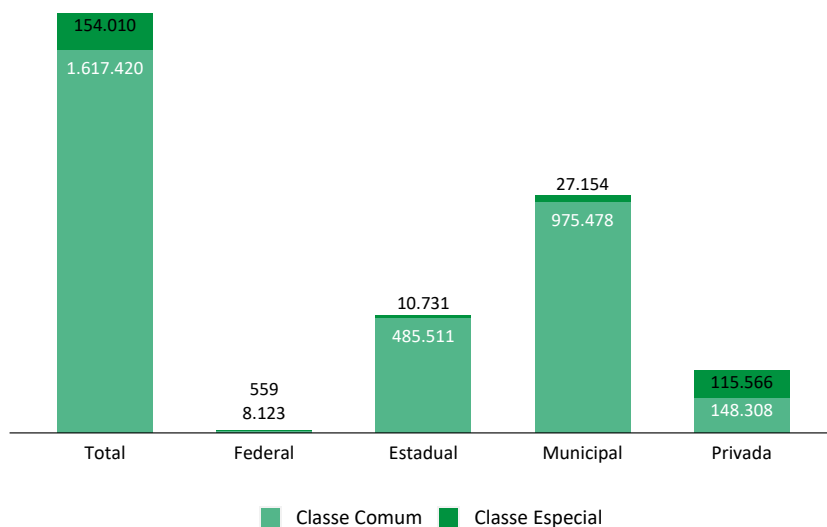


GRÁFICO 38

NÚMERO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES EM CLASSES COMUNS E EM CLASSES ESPECIAIS EXCLUSIVAS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.2 DOCENTES

Nesta seção, são apresentadas as informações sobre os docentes que lecionam na educação básica. Expõem-se, primeiramente, uma visão geral e histórica; em seguida, os resultados agregados por etapas de ensino: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Adicionalmente, há um destaque para o Plano Nacional de Educação no que se refere à formação dos docentes da educação básica.

1.2.1 VISÃO GERAL

HISTÓRICO

Em 2023, foram registrados 2.354.194 docentes na educação básica brasileira. A maior parte atua no ensino fundamental (60,3%), etapa em que se encontram 1.419.918 docentes. O número de docentes que atuam na educação infantil cresceu 15% entre 2021 a 2023. Observa-se entre os anos de 2022 e 2023 uma queda de 1,3% no total de docentes do ensino médio (Gráfico 39).

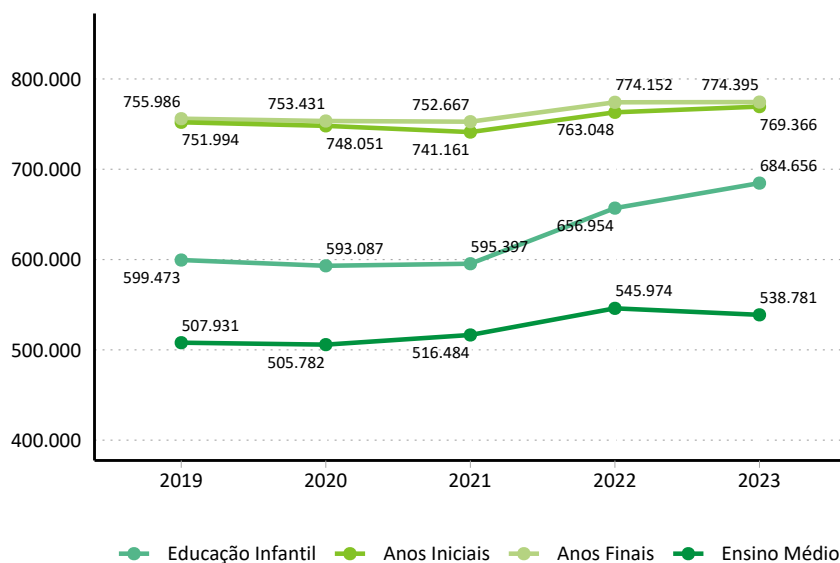


GRÁFICO 39

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES, SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO - BRASIL 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.2.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

Na educação infantil brasileira, atuam 685 mil docentes. Esse total é 4,2% superior em relação ao ano anterior. São 96,2% docentes do sexo feminino e 3,8% do sexo masculino. Observa-se maior concentração de docentes nas faixas de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos (Gráfico 40).

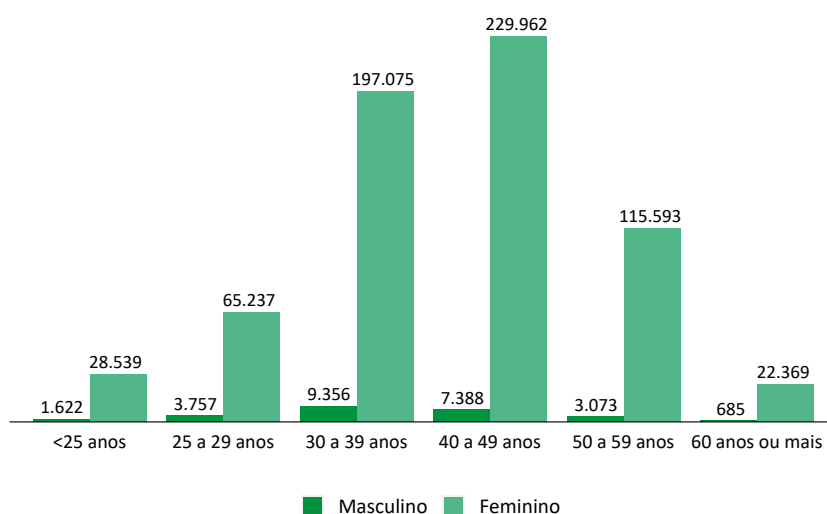


GRÁFICO 40

NÚMERO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Quando observada a escolaridade, 80,7% possuem nível superior completo (79,5% em grau acadêmico de licenciatura e 1,2%, bacharelado) e 11% têm curso de ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 8,4% com nível médio ou inferior. Desde 2019, nota-se um crescimento no percentual de docentes graduados com licenciatura atuando na educação infantil, passando de 73,3% em 2019 para 79,5% em 2023 (Gráfico 41).

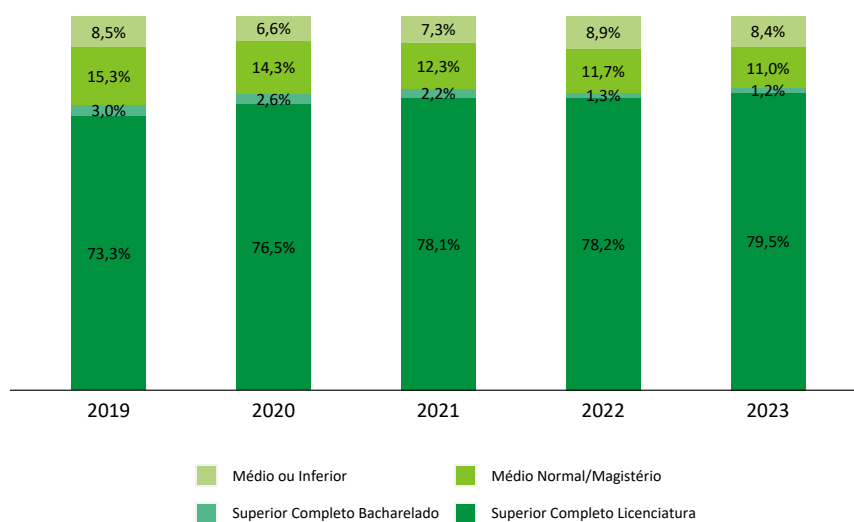


GRÁFICO 41

ESCOLARIDADE DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.2.3 ENSINO FUNDAMENTAL

No ensino fundamental, atuam 1.419.918 docentes, sendo 77,6% do sexo feminino e 22,4% do sexo masculino. Nos anos iniciais, atuam 769.366 docentes. Desses, 87,7% são do sexo feminino e 12,3% do sexo masculino. As faixas etárias com maior concentração são as de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos (Gráfico 42).

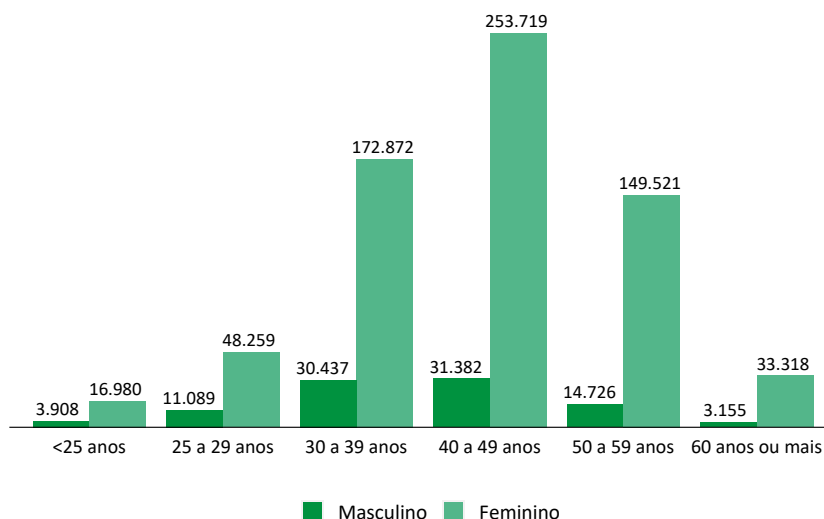


GRÁFICO 42

NÚMERO DE DOCENTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Quando observada a escolaridade dos docentes dos anos iniciais, 87,3% têm nível superior completo (85,8% em grau acadêmico de licenciatura e 1,5%, bacharelado) e 7,8% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 4,9% com nível médio ou inferior (Gráfico 43).

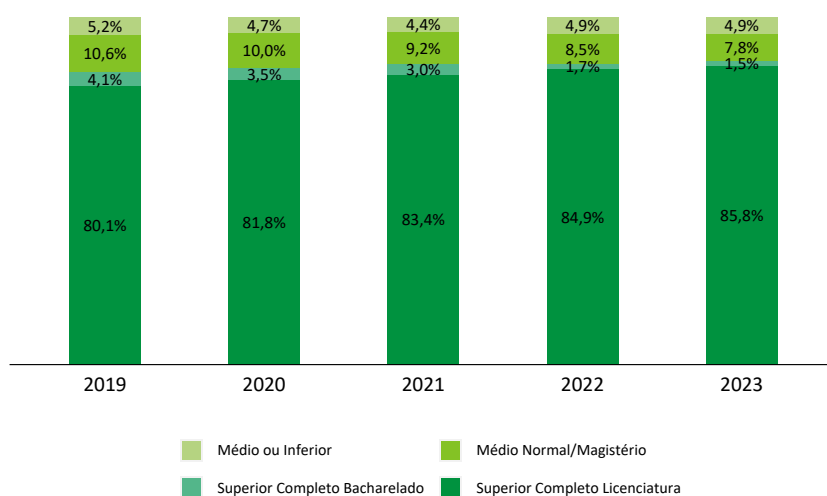


GRÁFICO 43

ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Segundo o indicador de adequação da formação docente (Brasil, 2014b), para os anos iniciais do ensino fundamental, o pior resultado é observado para a disciplina de Língua Estrangeira, em que apenas 36,3% das turmas têm aulas ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou equivalente) na mesma área da disciplina (grupo 1 do indicador). O melhor resultado do indicador de adequação da formação docente é verificado para a disciplina Educação Física, com 84,2% das turmas atendidas por docentes classificados no grupo 1 (Gráfico 44).

VERSÃO PRELIMINAR

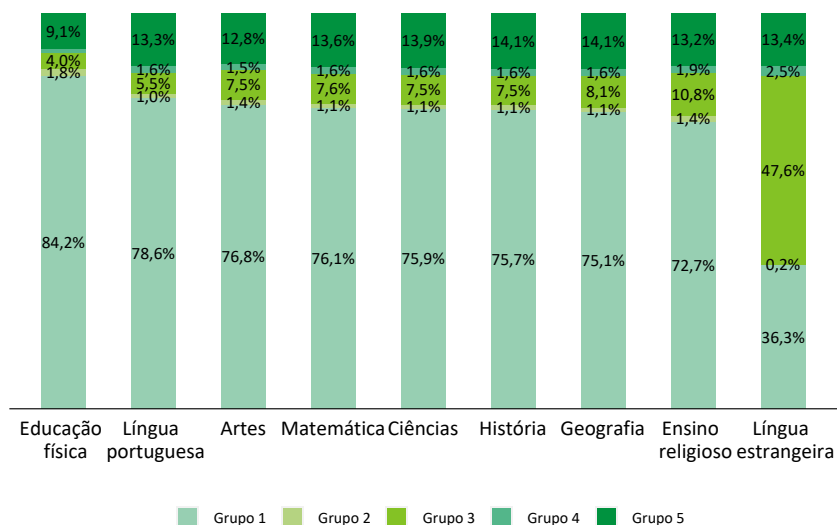


GRÁFICO 44

INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nos anos finais do ensino fundamental, atuam 774.395 docentes. São 66,2% do sexo feminino e 33,8% do sexo masculino. As faixas etárias com maior concentração são as de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos (Gráfico 45).

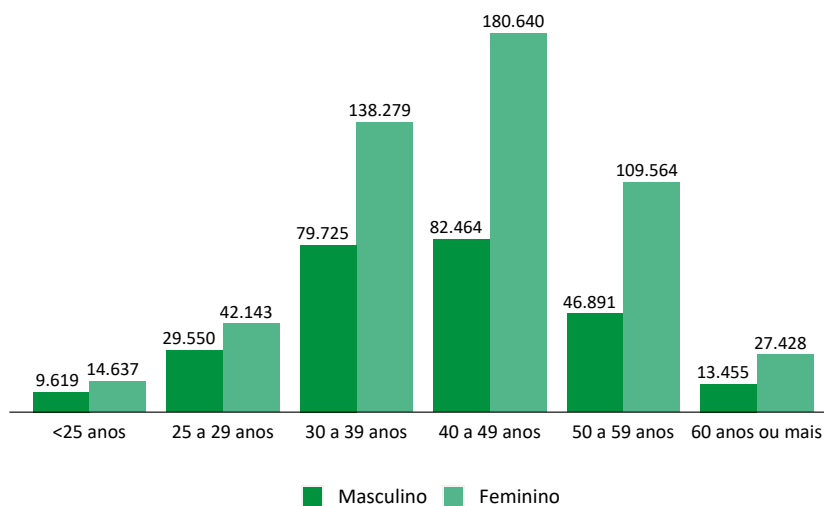


GRÁFICO 45

NÚMERO DE DOCENTES NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nos anos finais do ensino fundamental, 92,0% dos docentes possuem nível superior completo (90,3% em grau acadêmico de licenciatura e 1,7%, bacharelado). O percentual de docentes com formação superior em licenciatura aumentou 3,7 p.p. entre 2019 e 2023 (Gráfico 46).

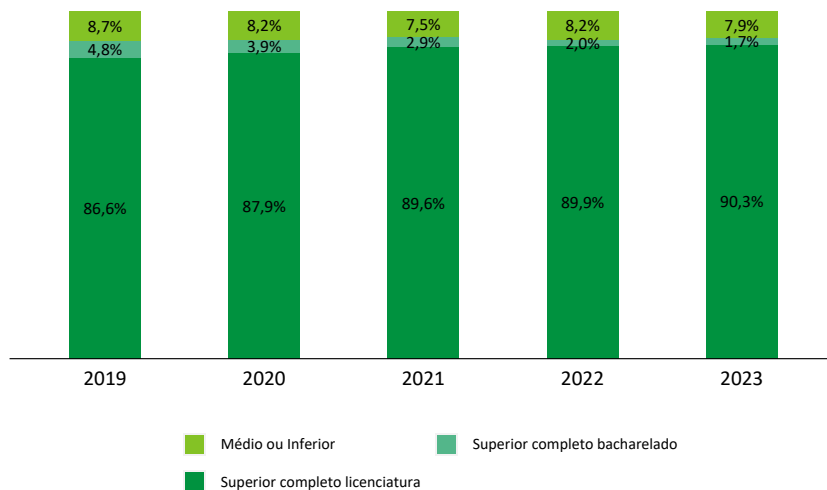


GRÁFICO 46

ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Para os anos finais, o indicador de adequação da formação docente demonstra que o pior resultado ocorre para a disciplina de Língua Estrangeira, em que apenas 45,3% das turmas são atendidas por docentes com formação adequada (grupo 1 do indicador). O melhor resultado é verificado para a disciplina de Educação Física, em que 76,6% das turmas são atendidas por docentes com formação adequada (Gráfico 47).

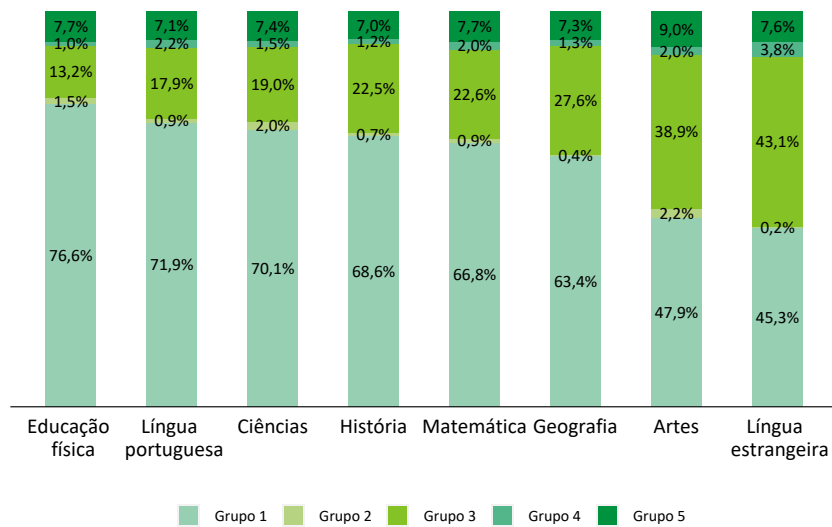


GRÁFICO 47

INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nos anos finais, o percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador de adequação da formação docente) se reduz consideravelmente quando comparado ao dos anos iniciais. As regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste apresentam um menor percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada (Figura 1).

VERSÃO PRELIMINAR

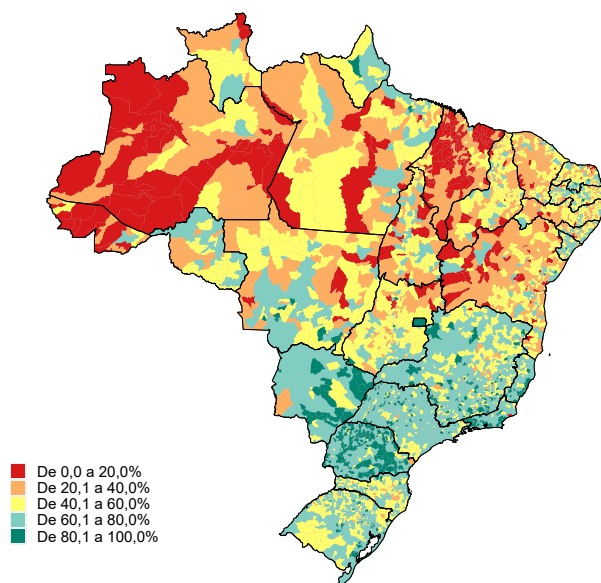


FIGURA 1

PERCENTUAL DE DISCIPLINAS QUE SÃO MINISTRADAS POR PROFESSORES COM FORMAÇÃO ADEQUADA (GRUPO 1 DO INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE) NOS ANOS FINAIS, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborada pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.2.4 ENSINO MÉDIO

Um total de 538.781 professores atuou no ensino médio em 2023. São 58,6% do sexo feminino e 41,4% do sexo masculino. Observando a distribuição dos docentes por idade verifica-se maior concentração nas faixas de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos (Gráfico 48).

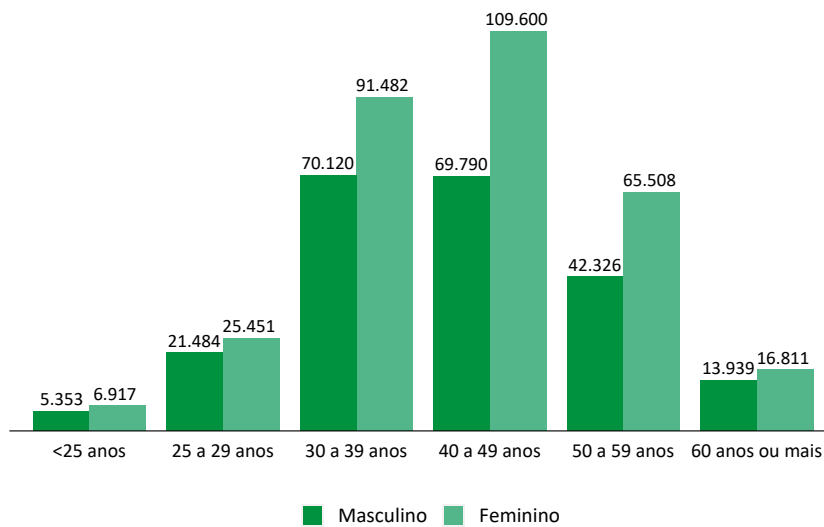


GRÁFICO 48

NÚMERO DE DOCENTES NO ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Dos docentes que atuam no ensino médio, 96,0% têm nível superior completo (91,7% em grau acadêmico de licenciatura e 4,3%, bacharelado) e 4,0% possuem formação de nível médio ou inferior (Gráfico 49).

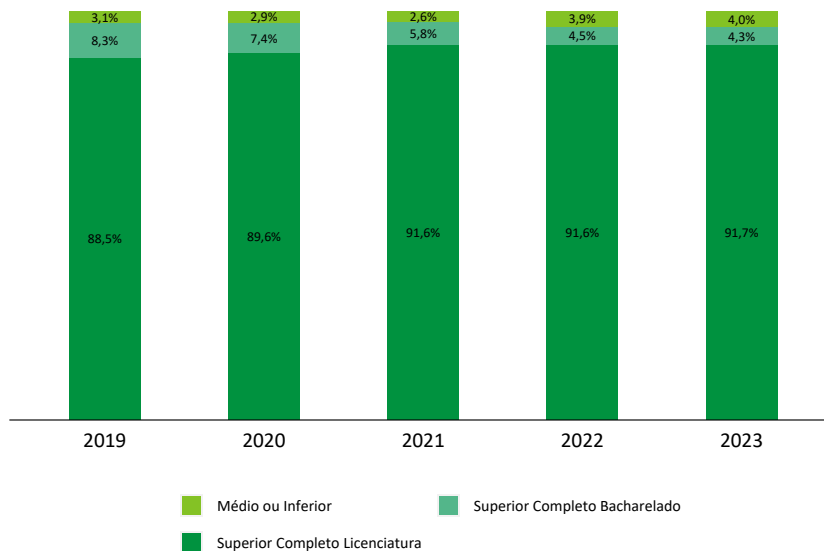


GRÁFICO 49

ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DO ENSINO MÉDIO – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

De acordo com o indicador de adequação da formação docente para o ensino médio, o pior resultado é observado para a disciplina de Sociologia, em que apenas 36,9% das turmas são atendidas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador). Os melhores resultados do indicador de adequação da formação docente são observados para as disciplinas de Educação Física, Língua Portuguesa, História, Biologia, Matemática e Geografia com percentuais acima de 75% (Gráfico 50).

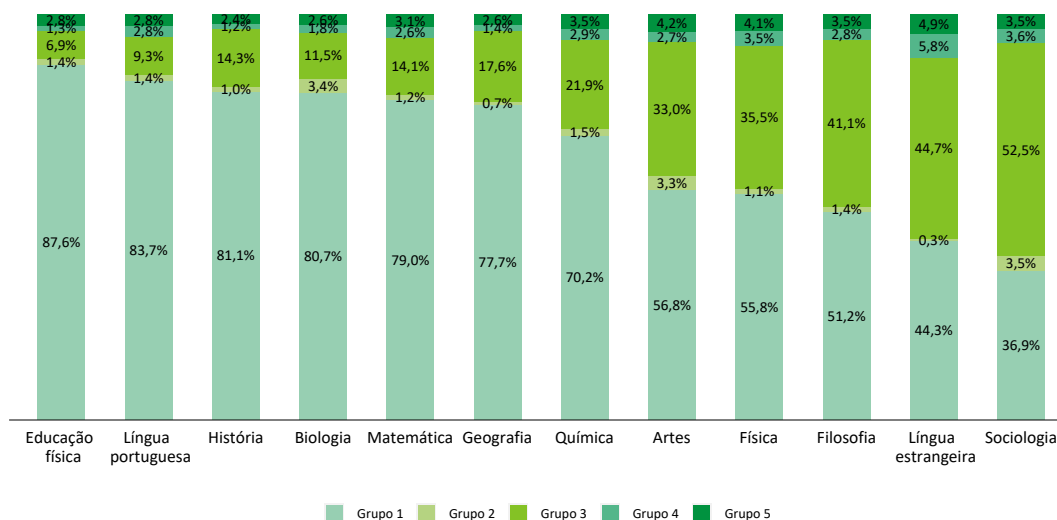


GRÁFICO 50

INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Avaliando o percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador) no ensino médio por município (Figura 2) não se identifica padrões claros nas grandes regiões. Considerando os indicadores gerais por Unidade da Federação, os cinco maiores percentuais são observados em estados das cinco grandes regiões do País: Distrito Federal (86,3%), Amapá (84,8%), Espírito Santo (84,1%), Paraná (83,3%) e Rio Grande do Norte (79,9%).

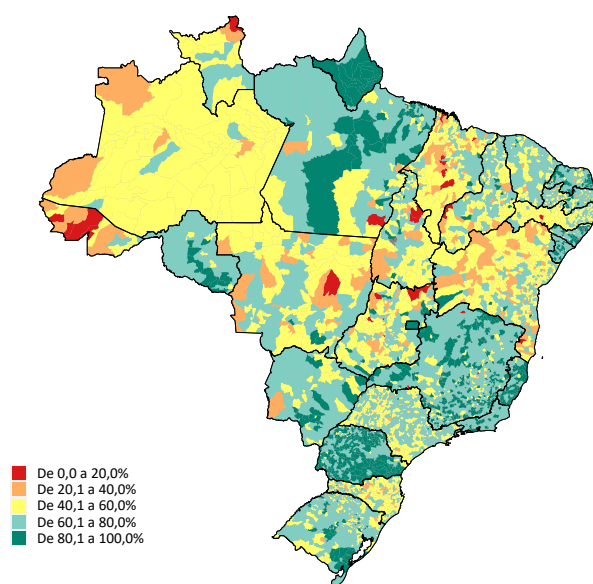


FIGURA 2

PERCENTUAL DE DISCIPLINAS QUE SÃO MINISTRADAS POR PROFESSORES COM FORMAÇÃO ADEQUADA (GRUPO 1 DO INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE) NO ENSINO MÉDIO, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborada pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.2.5 PÓS-GRADUAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Uma das metas destacadas no Plano Nacional de Educação (PNE) diz respeito à pós-graduação e à formação continuada dos docentes da educação básica. A Meta 16 busca formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores de educação básica até o último ano de vigência do Plano e garantir a todos os profissionais da educação básica a formação continuada em sua área de atuação, considerando necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Os percentuais de docentes da educação básica com pós-graduação e formação continuada têm aumentado gradativamente ao longo dos últimos cinco anos. O percentual de docentes com pós-graduação subiu de 41,3% em 2019 para 47,7% em 2023 (Gráfico 51). O percentual de docentes com formação continuada também apresentou elevação, saindo de 38,3% em 2019, para 41,3% em 2023 (Gráfico 52).

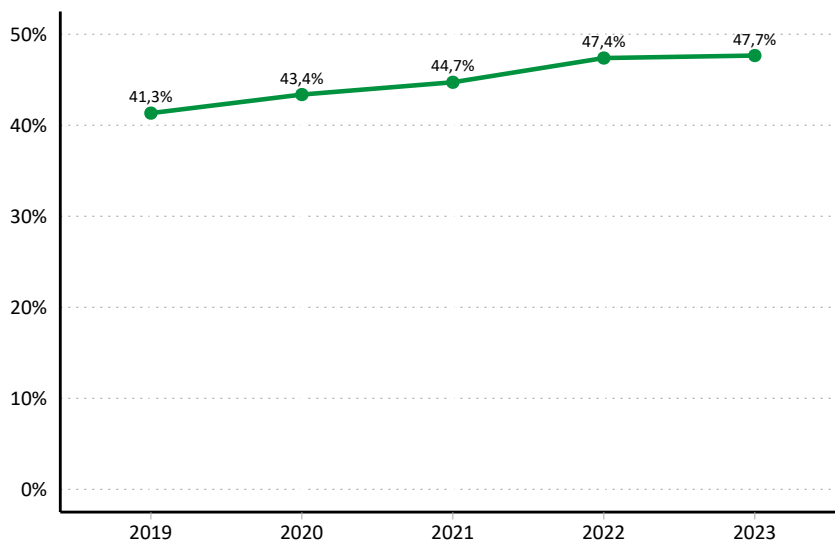


GRÁFICO 51

PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* OU *STRICTO SENSU* (INDICADOR 16A - RELATÓRIO DO 4º CICLO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PNE) – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

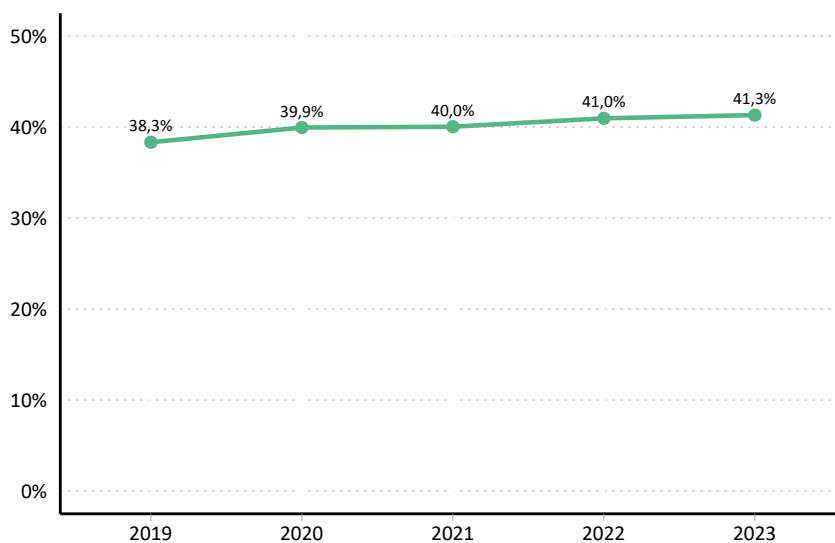


GRÁFICO 52

PERCENTUAL DE DOCENTES COM FORMAÇÃO CONTINUADA (INDICADOR 16B - RELATÓRIO DO 4º CICLO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PNE) – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.3 ESCOLAS

Nesta seção, são destacadas as informações sobre as escolas. Apresenta-se primeiramente uma visão geral por dependência administrativa, porte e etapa de ensino. Em seguida, são expostas informações mais específicas organizadas por etapa de ensino (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) com ênfase na disponibilidade de recursos tecnológicos.

1.3.1 VISÃO GERAL

O Brasil conta, em 2023, com 178.476 escolas de educação básica. A rede municipal é responsável por aproximadamente dois terços desse total (59,8%), seguida da rede privada (23,3%), conforme pode ser observado no Gráfico 53.

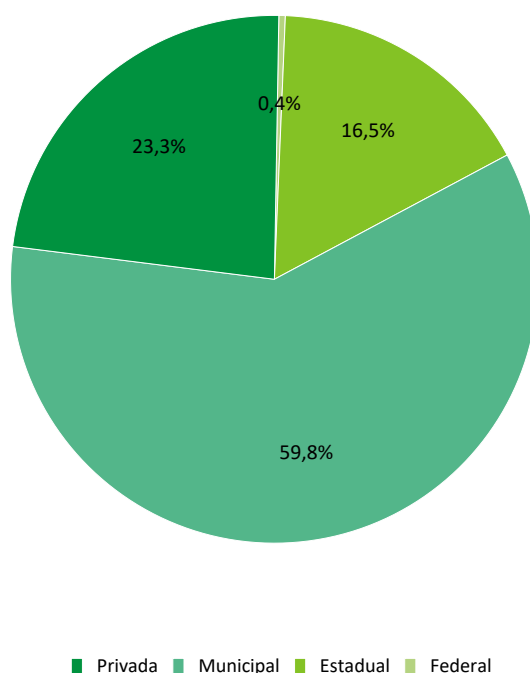


GRÁFICO 53
PERCENTUAL DE ESCOLAS, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

As escolas de pequeno porte (até 50 matrículas) estão concentradas nas regiões Norte (34,9%) e Nordeste (21,7%), conforme mostra a Figura 3. Os estados com o maior percentual de escolas de pequeno porte são Acre (45,5%), Roraima (42,5%) e Amazonas (42,4%).

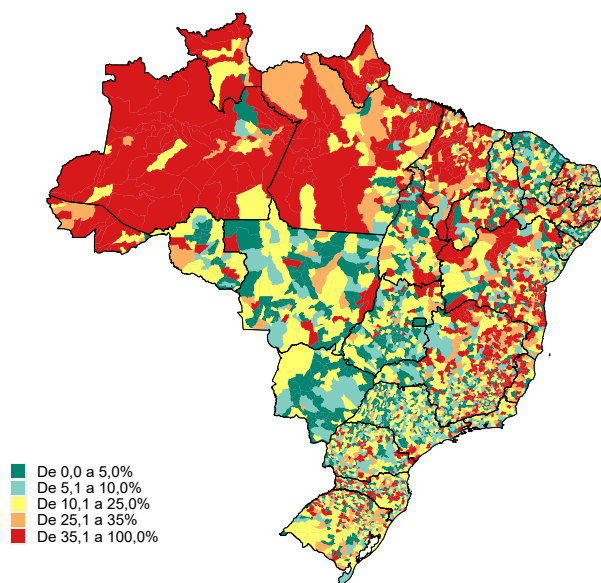


FIGURA 3

PERCENTUAL DE ESCOLAS DE PEQUENO PORTE (ATÉ 50 MATRÍCULAS), POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborada pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Do total de 178.476 escolas de educação básica, 113.763 ofertam matrículas da educação infantil (76.648 de creche e 99.796 de pré-escola), enquanto o ensino fundamental está presente em 121.350 (103.785 de anos iniciais e 61.806 de anos finais) e o ensino médio em 29.754 unidades (Gráfico 54).

VERSÃO PRELIMINAR

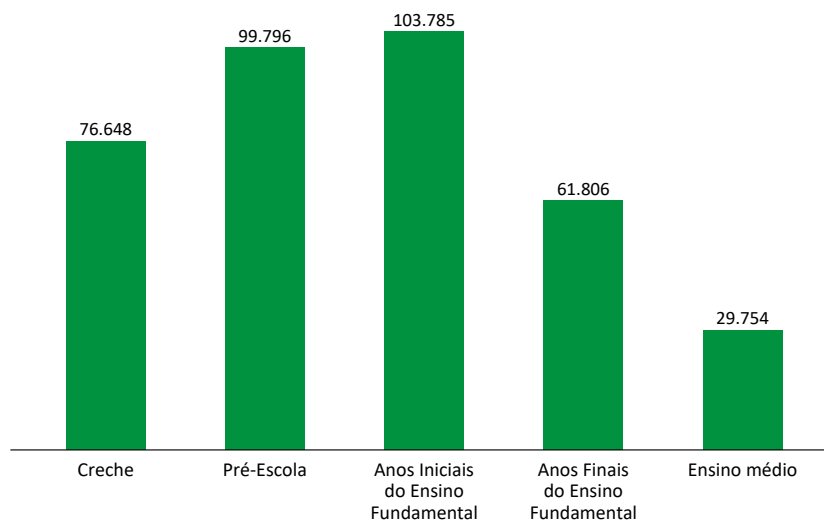


GRÁFICO 54

NÚMERO DE ESCOLAS, POR OFERTA DE ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Ao avaliar a disponibilidade de internet nas escolas da educação básica, percebe-se que esse recurso é pouco presente (proporção geral inferior a 65%) nos estados do Acre, do Amazonas, de Roraima e do Amapá (Figura 4).

VERSÃO PRELIMINAR

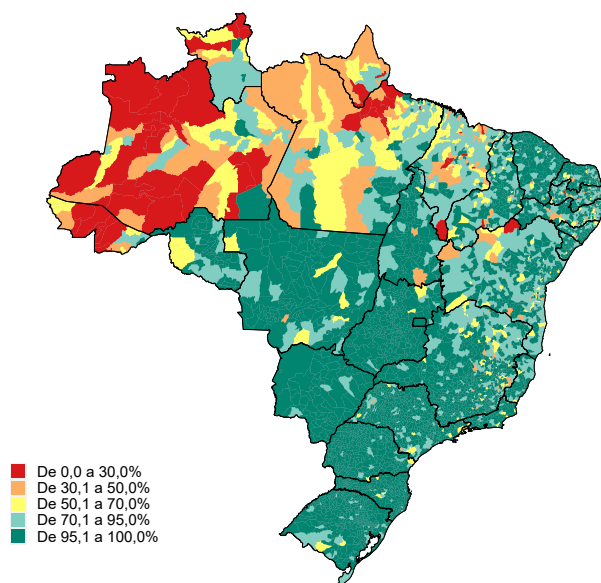


FIGURA 4

PERCENTUAL DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM ACESSO À INTERNET, POR MUNICÍPIO – BRASIL
– 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.3.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

Em 2023, 113.763 escolas ofertavam educação infantil no Brasil, sendo que 99.796 atendiam pré-escola e 76.648, creche. Ao longo dos últimos cinco anos, o número de escolas que oferecem pré-escola sofreu uma queda de 2,5%. Já para aquelas com oferta de creche, houve uma mudança na tendência de queda nos últimos dois anos, com aumento de 9,7% em relação a 2021 (Gráfico 55).

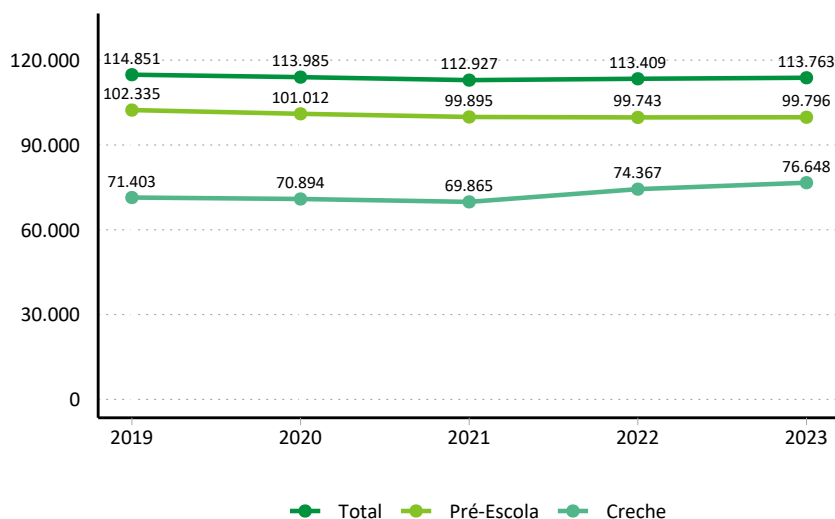


GRÁFICO 55

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Na educação infantil, a infraestrutura tecnológica é abrangente na rede privada de ensino. A internet está presente em 98,6% das escolas particulares, enquanto na rede municipal o percentual é de 85,1%. A presença de internet banda larga é de 89,9% na rede privada e de 70,5% nas escolas municipais. A internet para uso administrativo está disponível em 96,2% da rede particular, enquanto na rede municipal o percentual é de 80,9% (Gráfico 56).

Em relação à infraestrutura, 46,6% das escolas municipais de educação infantil têm banheiro adequado à educação infantil, enquanto nas escolas particulares esse percentual chega a 84,8%. Quanto à existência de materiais socioculturais ou pedagógicos em uso na escola para o desenvolvimento de atividades de ensino, verifica-se um elevado percentual na rede privada de brinquedos para educação infantil, de jogos educativos e de materiais para atividades culturais e artísticas com 93,0%, 90,8% e 65,4%, respectivamente. Já na rede municipal, esses percentuais são menores, respectivamente com 65,9%, 79,5% e 31,9%. Ainda em relação à rede municipal, as escolas da rede privada apresentam maior proporção com disponibilidade de parque infantil e pátio escolar (Gráfico 56).

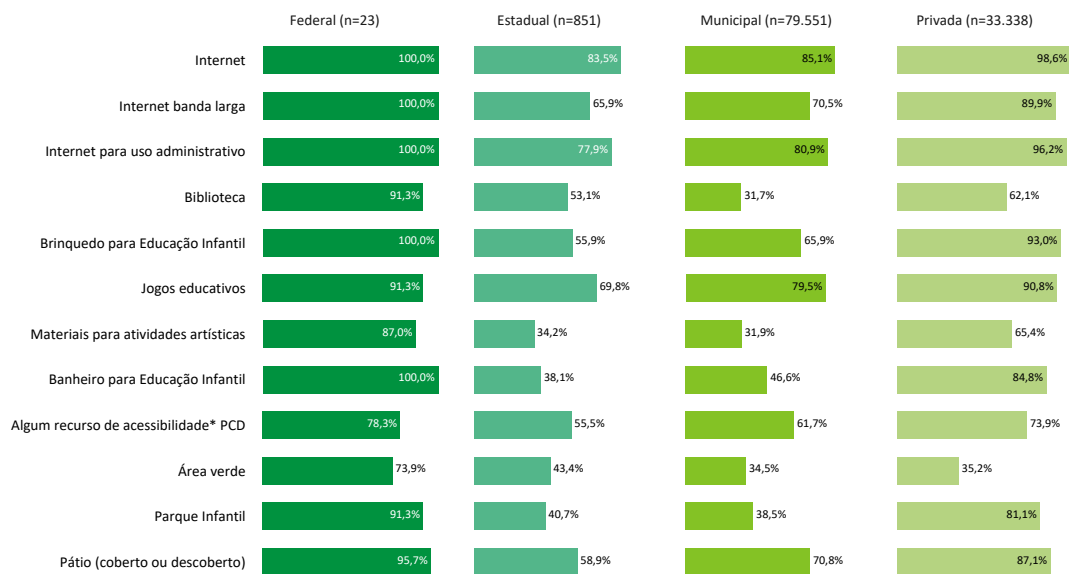


GRÁFICO 56

RECURSOS RELACIONADOS À TECNOLOGIA E À INFRAESTRUTURA DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nota: *Percentual de escolas que declararam possuir algum dos recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas vias de circulação internas (corrimão, elevador, pisos táteis, vão livre, rampas, salas acessíveis, sinalização sonora, tátil ou visual).

1.3.3 ENSINO FUNDAMENTAL

O ensino fundamental foi ofertado em um total de 121.350 escolas no País, das quais 103.785 atendiam os anos iniciais e 61.806 os anos finais. O número de escolas que oferecem os anos finais se manteve relativamente estável nos últimos cinco anos. Observa-se uma redução gradual no número de escolas que oferecem os anos iniciais, que, em relação ao último ano, apresentou diminuição de 1.575 escolas, uma queda de 1,5% (Gráfico 57).

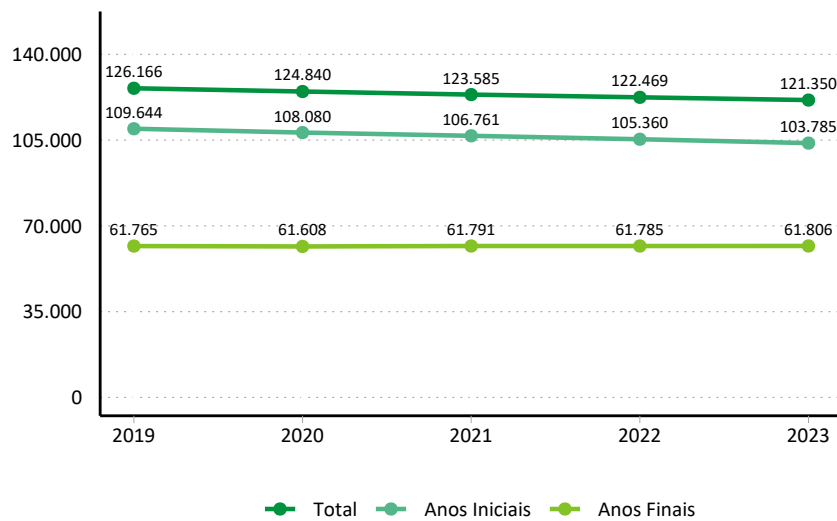


GRÁFICO 57

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS) – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

A rede municipal é a principal responsável pela oferta dos anos iniciais e dos anos finais do ensino fundamental no Brasil. Ela conta com 70.886 (68,3%) escolas nos anos iniciais do ensino fundamental e abrange 29.075 (47,0%) escolas de anos finais, conforme demonstra o Gráfico 58.

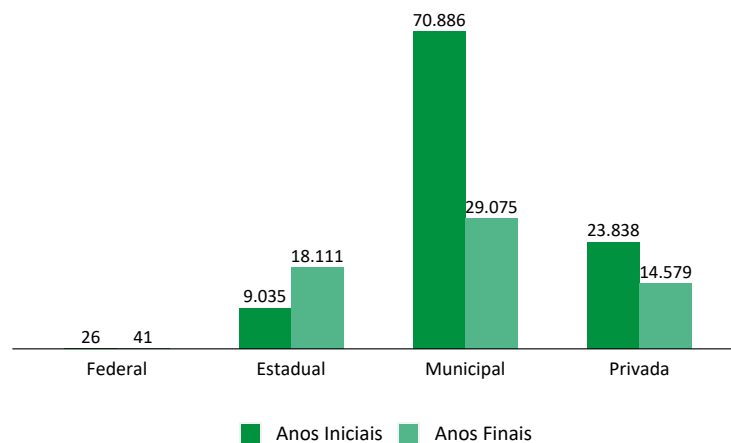


GRÁFICO 58

NÚMERO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS), POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Apesar de possuir o maior número de escolas do ensino fundamental, a rede municipal é a

que menos dispõe de recursos tecnológicos, como lousa digital (12,5%), projetor multimídia (58,8%), computador de mesa (39,6%) ou portátil (34,8%) para os alunos ou mesmo internet disponível para uso destes (36,7%). Em alguns quesitos, as escolas da rede estadual estão mais equipadas com recursos tecnológicos do que as da rede privada. O percentual de escolas estaduais com lousa digital, projetor multimídia, computador de mesa para os alunos, computador portátil, internet para ensino e aprendizagem e internet disponível para uso dos estudantes é maior do que o das escolas particulares, como mostra o Gráfico 59 (entre parênteses o número de escolas de cada rede de ensino).

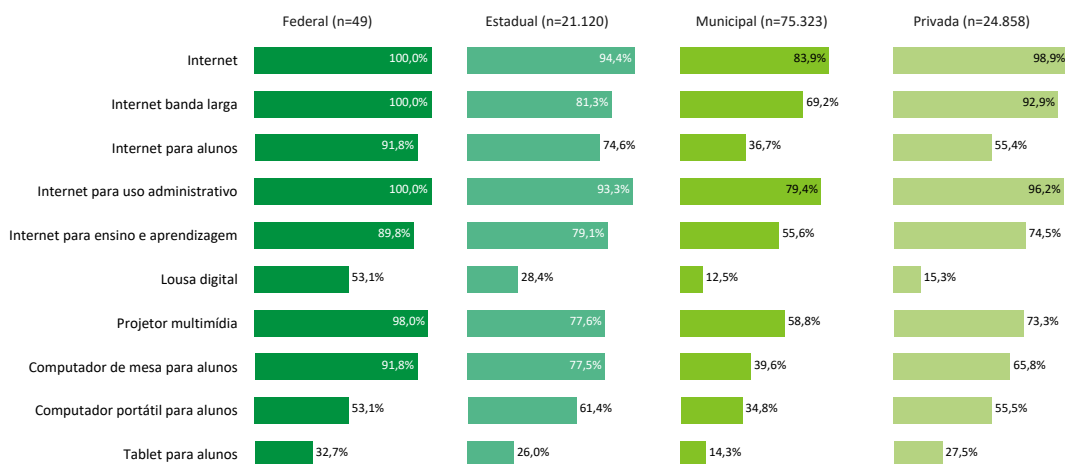


GRÁFICO 59

RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

De forma geral, o Brasil tem um elevado percentual de acesso à internet nas escolas de ensino fundamental. Entretanto, quando observado o percentual de internet banda larga, algumas regiões ainda apresentam baixa cobertura. Os estados com menor proporção de acesso à internet banda larga são Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Maranhão, com cobertura inferior a 60% (Figura 5).

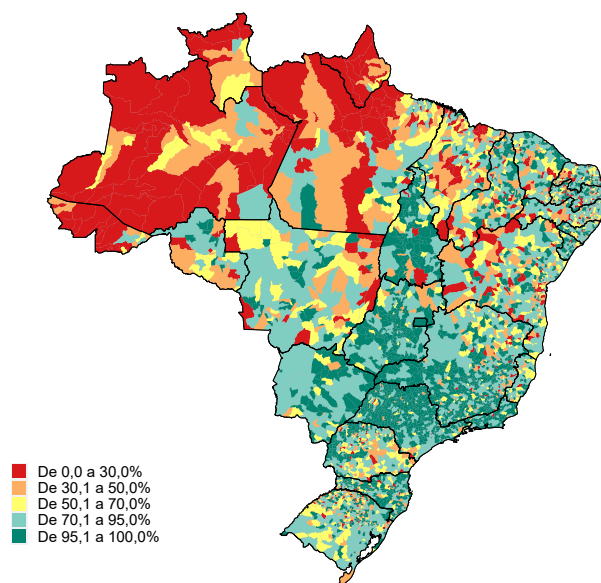


FIGURA 5

PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL COM ACESSO À INTERNET BANDA LARGA, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborada pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Quando verificados os recursos tecnológicos por região, fica evidente a disparidade entre o Norte e o restante do País. Em oito dos dez quesitos analisados, a região demonstrou percentuais abaixo de 50%. Destaca-se que apenas 47,8% das escolas de ensino fundamental da região Norte possuem acesso à internet banda larga. No Nordeste, os percentuais de internet (88,4%) e de internet banda larga (72,6%) também são menores que no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A região Sul é a que apresenta os maiores percentuais de computador de mesa, de computador portátil e de tablet para os alunos (Gráfico 60).

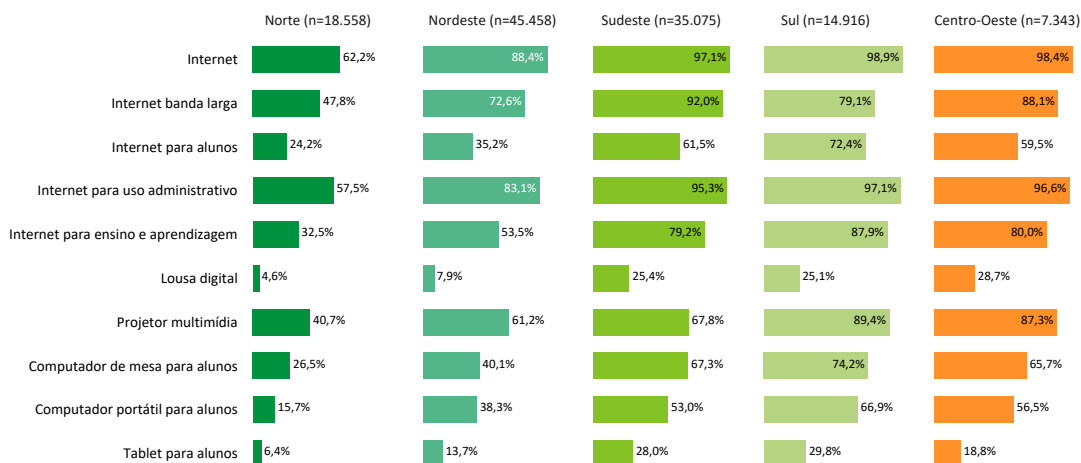


GRÁFICO 60

RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO AS REGIÕES – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.3.4 ENSINO MÉDIO

No Brasil, o ensino médio foi ofertado por um total de 29.754 escolas em 2023. Nos últimos cinco anos, houve um aumento gradual no número de escolas das redes pública e privada que oferecem essa etapa, conforme mostra o Gráfico 61. No total, houve um crescimento de 3,1% no número de escolas de ensino médio no período de 2019 a 2023.

VERSÃO PRELIMINAR

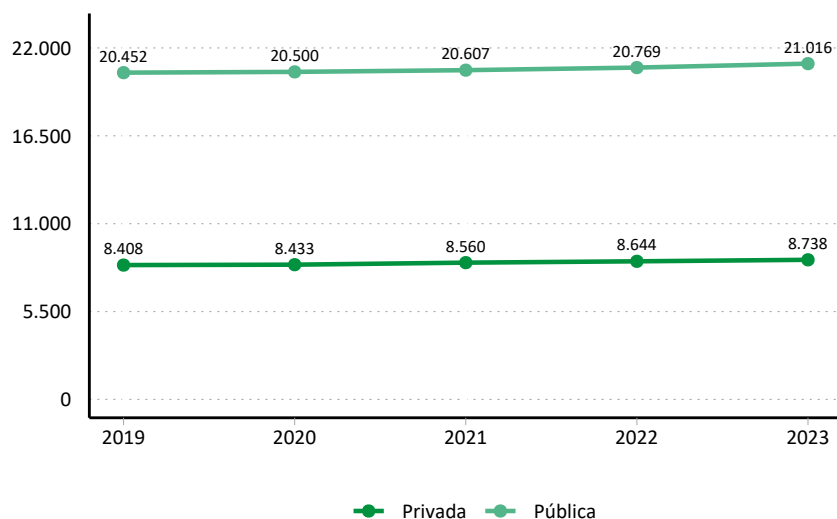


GRÁFICO 61

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, POR REDE (PÚBLICA OU PRIVADA) – BRASIL – 2019-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

A rede estadual tem o maior número de escolas de ensino médio, 67,8%, seguida pela rede privada, 29,4%. Apesar do ensino médio ser a etapa que conta com a maior participação da rede federal (comparada à educação infantil e ao ensino fundamental), essa participação é ainda muito pequena (Gráfico 62).

VERSÃO PRELIMINAR

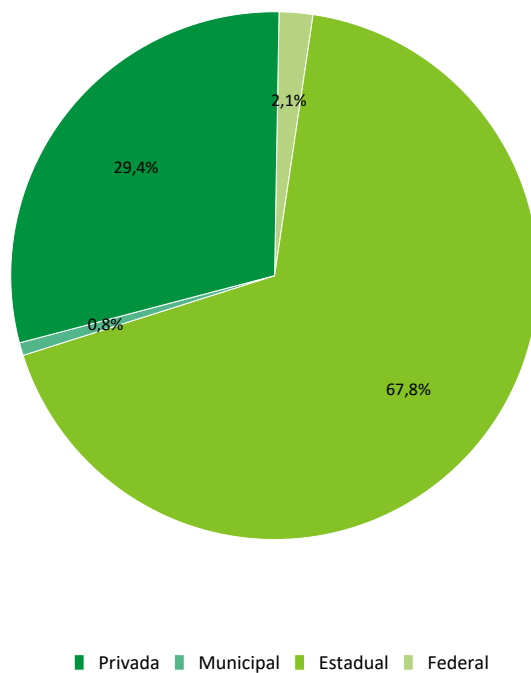


GRÁFICO 62

PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

A disponibilidade de recursos tecnológicos nas escolas de ensino médio é maior do que nas de ensino fundamental. Quando observada a rede estadual, que detém o maior número de escolas de ensino médio, nota-se que 86,6% das unidades têm internet banda larga. Nessa rede, o percentual de computadores portáteis para alunos é de 63,1% e o de tablet para alunos é de 26,9% (Gráfico 63).

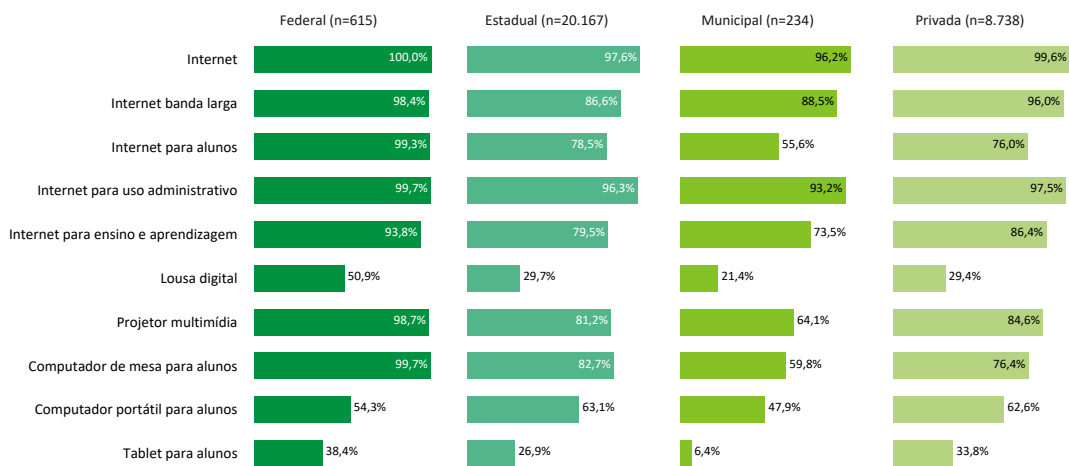


GRÁFICO 63

RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

O acesso à internet e à internet banda larga é mais abrangente no ensino médio do que no fundamental. Destacam-se com os maiores percentuais de escolas com internet banda larga as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, com 97,0%, 89,4% e 88,9%, respectivamente. O menor percentual de internet banda larga está no Sul do País, onde esse recurso é encontrado para 77,2% das escolas. O maior percentual de tablet para alunos está na região Sudeste, observado em 34,1% das escolas. A região Sul é a que aparece com o maior percentual de computadores de mesa (87,9%) e computadores portáteis para alunos (76,6%). Outros recursos tecnológicos disponíveis nas escolas de ensino médio estão listados no Gráfico 64.

VERSÃO PRELIMINAR

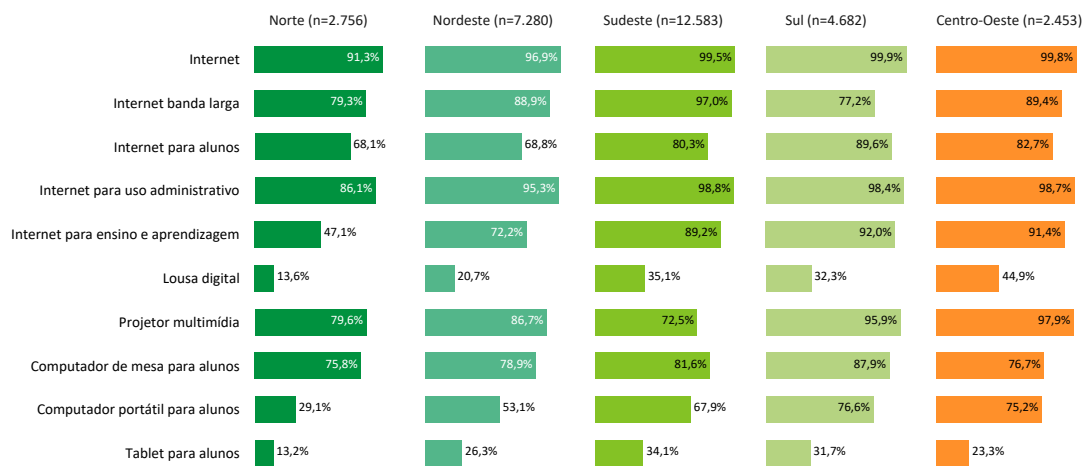


GRÁFICO 64

RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, SEGUNDO AS REGIÕES – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

A Figura 6 mostra um detalhamento do percentual de escolas de ensino médio com internet banda larga por município. Os estados com menor cobertura de banda larga são Acre (46,7%), Roraima (54,5%) e Amapá (58,8%).

VERSÃO PRELIMINAR

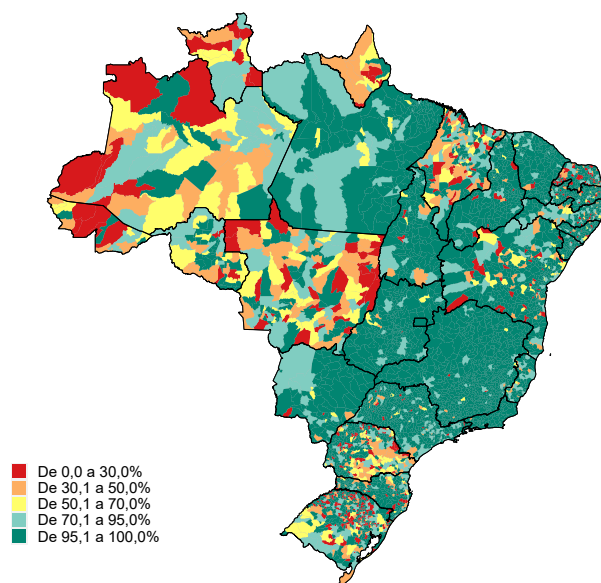


FIGURA 6

PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO COM ACESSO À INTERNET BANDA LARGA, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.4 GESTORES

Esta seção apresenta alguns destaques relativos aos dados dos gestores das escolas no País. Salientam-se informações básicas sobre os diretores tais como a formação, o tipo de contratação e a forma de acesso ao cargo.

1.4.1 VISÃO GERAL

Do total de 189.328 gestores² declarados nas 178.476 escolas em 2023, 85,5% são diretores³ e 14,5% possuem outros cargos⁴. Dos diretores, 80,6% são do sexo feminino, mas esse percentual varia nas redes federal (23,6%), estadual (66,1%), municipal (83,7%) e privada (84,3%) (Gráfico 65).

²As estatísticas desta seção contabilizam o gestor em cada escola em que ele atua. Destaca-se que cada escola podia declarar até três gestores.

³O responsável jurídico ou legal pela instituição escolar, com documentação que comprove o vínculo ao cargo, sendo o dirigente e administrador da escola.

⁴O gestor ocupa outro cargo, diferente de diretor de escola, mas é o responsável jurídico ou legal pela instituição e pela gestão escolar.

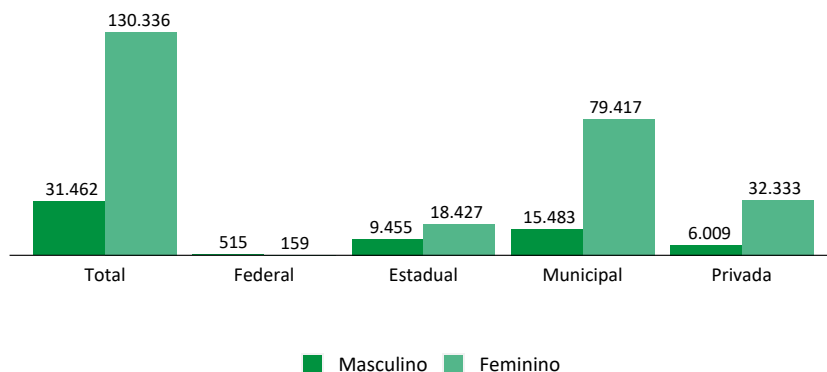


GRÁFICO 65

NÚMERO DE DIRETORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO O SEXO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Quando observada a escolaridade, o percentual de diretores que completaram o ensino superior é de 90,8%. O percentual de diretores com curso superior é maior nas redes federal e estadual, com 99% e 97,6%, respectivamente. Na rede municipal, o percentual é de 90,6% e, na rede privada, de 86,2%.

Sobre o vínculo institucional com a escola, 75,9% dos diretores da rede pública são concursados, efetivos ou estáveis. Os que possuem vínculo de contrato temporário somam 22,4% e aqueles com contratos via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), 1,4%. Apenas 0,3% dos contratos são terceirizados. O Gráfico 66 apresenta esses dados separadamente para os diretores das escolas das redes federal, estadual e municipal.

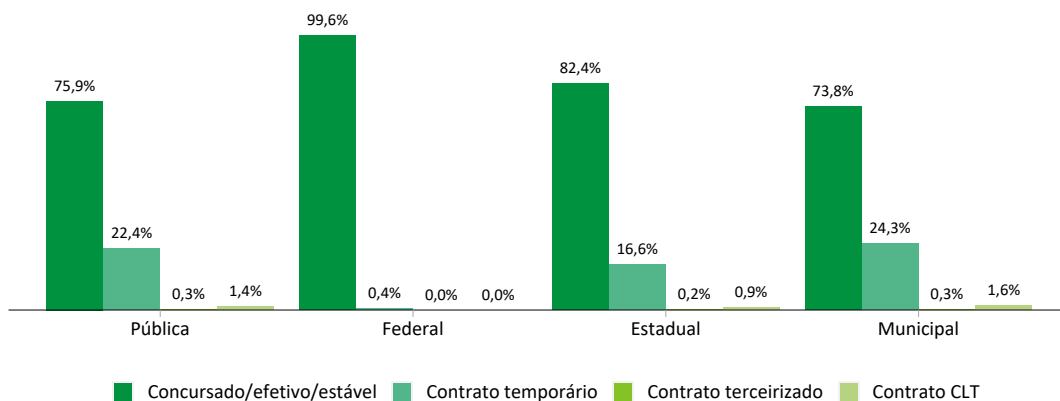


GRÁFICO 66

PERCENTUAL DE DIRETORES SEGUNDO O TIPO DE VÍNCULO/REGIME DE CONTRATAÇÃO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - REDE PÚBLICA – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Outro quesito verificado foi a forma de acesso ao cargo de diretor. Na rede federal, predomina o acesso realizado exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar, com 70,8% dos casos; e em 9,8% a forma de acesso foi exclusivamente por indicação ou escolha da gestão. A rede estadual apresenta 28% de diretores com acesso ao cargo exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar; outros 20,5% ocupam o cargo exclusivamente por indicação ou escolha da gestão. Na dependência municipal, os que acessaram exclusivamente por indicação ou escolha da gestão somam 54,6%; outros 13,4% passaram exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar. Na rede privada, 51,7% dos diretores são proprietários ou sócio-proprietários das escolas e 33,7% chegaram ao cargo exclusivamente por indicação ou escolha da gestão. Outras categorias com menor frequência, como o acesso via concurso público específico para o cargo de gestor escolar e as formas combinadas contemplando processo seletivo e escolha da gestão e o processo seletivo e eleição podem ser observadas no Gráfico 67.

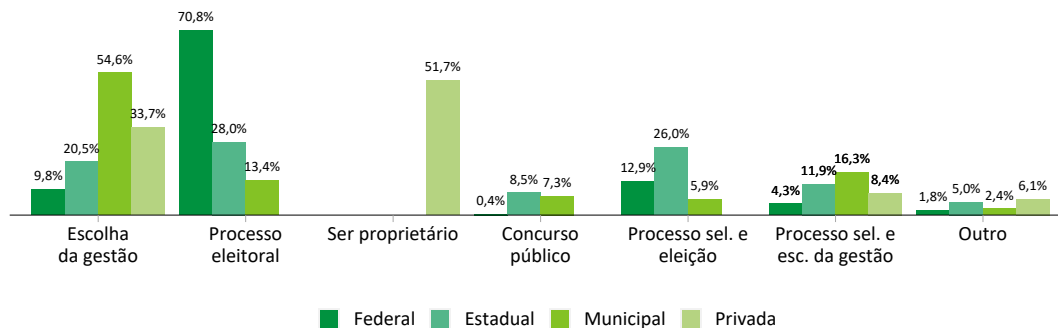


GRÁFICO 67

PERCENTUAL DE DIRETORES, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, POR FORMA DE ACESSO AO CARGO – BRASIL – 2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

VERSÃO PRELIMINAR

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 ago. 1943. Seção 1, p. 11937.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Dicionário de indicadores educacionais: fórmulas de cálculo*. Brasília: Inep, 2004. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/dicionario_de_indicadores_educacionais_formulas_de_calculo.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BRASIL. Decreto nº 186, de 10 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jul. 2008. Seção 1, Edição 131, p. 1.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Diário Oficial da União*,

Brasília, DF, 18 nov. 2011. Seção 1, p. 12.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014a. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Nota Técnica nº 020/2014*. Indicador de adequação da formação do docente da educação básica. Brasília: Inep, 2014b. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_formacao_legal/nota_tecnica_indicador_docente_formacao_legal.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Manual da linha editorial do Inep*. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/gestao_do_conhecimento_e_estudos_educacionais/manual_de_publicacoes.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Portaria nº 91, de 02 de fevereiro de 2017. Torna público os princípios fundamentais e boas práticas que orientam a produção e divulgação das estatísticas educacionais oficiais produzidas pelo Inep. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 fev. 2017a. Seção 1, p. 14.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 fev. 2017b. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 dez. 2020. Seção 1, p. 52.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Orientações para o preenchimento do questionário: Resposta educacional à pandemia de Covid-19 no Brasil - Educação Básica*. Brasília, DF: Inep, 2021a. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/orientacoes_preenchimento_questionario_resposta_educacional_pandemia_covid19_educacao_basica.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Orientações para o preenchimento da pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil: educação básica: edição 2021b*. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/situacao_aluno/documentos/2021/orientacoes_para_o_preenchimento_da_pesquisa_2021_final.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021. Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades

de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 ago. 2021. Seção 1, p. 51.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Caderno de conceitos e orientações do Censo Escolar 2023*. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/pesquisas_estatisticas_indicadores_educacionais/censo_escolar/orientacoes/matrícula_inicial/caderno_de_conceitos_e_orientacoes_censo_escolar_2023.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.204, de 21 de setembro de 2022. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 set. 2022a. Seção 1, p. 16.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Sinopse estatística da pesquisa resposta educacional à pandemia de COVID-19 no Brasil - Educação Básica* 2ed. Brasília, DF: Inep, 2022b. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/dados_abertos/sinopses_estatisticas/sinopses_estatisticas_pesquisa_covid19_censo_escolar_2021.zip>. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Portaria nº 578, de 30 de dezembro de 2022. Define o cronograma de atividades do Censo Escolar da Educação Básica 2023. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 02 jan. 2023. Seção 1, p. 33.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Portaria nº 73, de 3 de fevereiro de 2023. Retifica a Portaria nº 578, de 30 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o Cronograma do Censo Escolar da Educação Básica 2023. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 06 fev. 2023. Seção 1, p. 19.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O Novo Ensino Médio e a Educação Profissional e Tecnológica: Conceitos e Orientações para a Declaração do Censo Escolar 2023 Brasília, DF: Inep, 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2022*. Brasília: Inep, 2022d. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quarto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

THE R FOUNDATION. *R development core team*. Vienna: R Foundation for Statistical Computing, 2021. Disponível em: <<http://www.R-project.org>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

UNITED NATIONS (UN). General Assembly. *Resolution adapted by the General Assembly on 29 January 2014: 68/261: fundamental principles of official statistics*. New York: UN, 2014. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/dnss/gp/FP-New-E.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GLOSSÁRIO

As definições a seguir tiveram como fonte o Caderno de Instruções do Censo Escolar, as referências legais (relativas às metas do PNE), além de notas técnicas e dicionários de indicadores.

Atendimento educacional especializado (AEE): é a mediação pedagógica que visa a possibilitar o acesso ao currículo pelo atendimento às necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, público da educação especial, devendo a sua oferta constar do projeto pedagógico da escola (Decreto nº 7.611/2011), em todas as etapas e modalidades da educação básica. Tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos. As atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e à independência na escola e fora dela e é realizado prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais (SRM) da própria escola, ou de outra escola de ensino regular, ou em centros de atendimento educacional especializado (CAEE) públicos ou privados. De acordo com as normativas legais, as instituições privadas que ofertam AEE devem ser comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com atuação na educação especial e conveniadas com o Poder Executivo do ente federativo competente. As atividades visam ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioafetivas, psicomotoras, comunicacionais, linguísticas, identitárias e culturais dos estudantes, considerando suas singularidades. As ações pedagógicas realizadas pelo professor especializado visam a apoiar as atividades realizadas pelo professor na classe comum.. 52

Banheiro adequado à educação infantil: banheiro adaptado para crianças de 0 a 5 anos, com tamanhos, modelos e materiais adequados. 71

Base Nacional Comum Curricular (BNCC): é o documento que estabelece conhecimentos, competências e habilidades a serem aprendidos ao longo da educação básica. 36

Critério de acesso – processo seletivo e eleição: combina a realização de um processo seletivo que considera critérios claros e objetivos de seleção (como provas, títulos, participação em cursos, currículo, entre outros) e a escolha por meio de eleição, com a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar. Opção exclusiva para escolas públicas. 83

Critério de acesso – processo seletivo e escolha da gestão: combina a realização de um processo seletivo que considera critérios claros e objetivos de seleção (provas, avaliação de títulos, participação em cursos, currículo, entre outros) e a escolha direta do proprietário da escola ou do gestor de maior cargo da rede de ensino. Opção para escolas públicas e privadas. 83

Critério de acesso – concurso público específico para o cargo de gestor escolar: indica que o gestor escolar assumiu o cargo por meio de concurso público conforme previsto no artigo 37 da Constituição Federal, precedido de edital exclusivo e específico para ocupar o cargo. Opção exclusiva para escolas públicas. 83

Critério de acesso – ser proprietário ou sócio proprietário da escola: indica que o acesso ao cargo se deve ao fato de o responsável pela escola ser proprietário único da instituição ou ser sócio-proprietário. Opção exclusiva para escolas privadas. 83

Critério de acesso – exclusivamente por indicação ou escolha da gestão: indicação do responsável pela escola se dá por escolha direta do proprietário da escola ou do gestor de maior cargo da rede de ensino, sem considerar outros critérios. Opção para escolas públicas e privadas. 83

Critério de acesso – exclusivamente por processo eleitoral: indica como único critério para acessar o cargo de gestor a escolha por meio de eleição, com a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar, com critérios definidos por legislação, tais como: voto direto, secreto, quórum mínimo, constituição de comissão eleitoral, entre outros. Opção exclusiva para escolas públicas. 83

Dependência administrativa: é o âmbito de subordinação administrativa da escola, que contempla as esferas de ensino: federal, estadual, municipal e privada. 15

Educação profissional: turma de cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional (cursos FIC) articulados à EJA ou ao ensino médio; ou cursos técnicos de nível médio nas formas articuladas (integrada ou concomitante) ou subsequente ao ensino médio. 31, 46, 47, 48, 49

Educação de Jovens e Adultos (EJA): ensino direcionado a jovens e adultos que não iniciaram ou interromperam seu processo educativo escolar (ensino fundamental e/ou ensino médio. Para cada segmento da EJA há uma correspondência nas etapas da Educação Básica e carga horária específica). 20, 42

Ensino médio integrado à educação profissional: turma de curso de educação profissional técnica de nível médio articulado ao ensino médio regular em um projeto pedagógico integrado. Cada aluno tem uma única matrícula. 31

Escola privada conveniada: acordo celebrado entre o poder público (secretaria estadual e/ou municipal) e entidades privadas sem fins lucrativos, mediante mútua colaboração, com vistas a descentralizar a execução de programa ou projeto na área educacional, com duração definida. O instrumento pode compreender convênio, acordo de cooperação técnica, repasse de recursos, prestação de serviços, entre outros instrumentos congêneres para manutenção e desenvolvimento de ensino, conforme Art. 70 e 71 da Lei n. 9.394/1996. 21

Gestor – Outro cargo: o gestor ocupa outro cargo, diferente de diretor de escola, mas é o responsável jurídico/legal pela instituição e pela gestão escolar. 81

Gestor – Diretor(a): o responsável jurídico/legal pela instituição escolar, com documentação que comprova o vínculo ao cargo, sendo o dirigente e administrador da escola. 81, 82, 83

Indicador de Adequação da Formação Docente: sintetiza a relação entre a formação inicial dos docentes de uma escola e as disciplinas que eles lecionam, considerando o ordenamento legal vigente. A relação dos cursos considerados adequados para cada disciplina encontra-se na nota técnica desse indicador, disponível na página do Inep (<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente>). **Grupo 1** – Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona; **Grupo 2** – Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona; **Grupo 3** – Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona; **Grupo 4** – Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior não considerada nas categorias; **Grupo 5** – Percentual de disciplinas que são ministradas por professores sem formação superior. Nota: nos anos iniciais, professores com formação em Pedagogia – Licenciatura ou Pedagogia – Bacharelado, com complementação pedagógica, foram classificados no Grupo 1 em todas as disciplinas, exceto Língua Estrangeira. 58, 60, 61, 64

Jogos educativos: jogos elaborados especificamente para ensinar as pessoas sobre um determinado assunto, expandir conceitos, reforçar desenvolvimento e entendimento sobre um evento histórico ou cultural. 71

Localização: demarcação definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a classificação dos espaços rurais e urbanos. Há duas opções: zona urbana (áreas correspondentes às cidades, às vilas ou às áreas urbanas isoladas) ou zona rural (abrange toda a área situada fora dos limites da zona urbana). O perímetro urbano do município é definido por meio de lei municipal baseada no plano diretor do município – principal instrumento da política de desenvolvimento e expansão urbana. 22, 27

Lousa digital: aparelho de tela sensível ao toque que projeta a imagem do computador e permite ao usuário, geralmente por meio de canetas próprias, a interação com diversos recursos multimídias. 74

Materiais para atividades culturais e artísticas: materiais que podem ser utilizados pelos professores com os alunos para aulas de educação artística e teatro, tais como: pincéis, tintas, argila, forno para queima de cerâmica, cenários, fantoches, roupas e fantasias, entre outros. 71

Parque infantil: local destinado a crianças da educação infantil, com instalações/equipamentos projetados para a realização de atividades recreativas, jogos e brincadeiras de maneira segura. 71

Pessoas com altas habilidades ou superdotação: são aquelas que apresentam elevado potencial intelectual, acadêmico, de liderança, psicomotor e artístico, de forma isolada ou combinada, além de apresentarem grande criatividade e envolvimento na aprendizagem e na realização de tarefas em áreas de seu interesse. 51, 52

Pessoas com transtorno do espectro autista (TEA): são aquelas que apresentam quadro clínico caracterizado por deficiência persistente e clinicamente significativa que causa alterações qualitativas nas interações sociais recíprocas e na comunicação verbal e não verbal, ausência de reciprocidade social e dificuldade em desenvolver e manter relações apropriadas ao nível de desenvolvimento da pessoa. Além disso, a pessoa apresenta um repertório de interesses e atividades restrito e repetitivo, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados. Assim sendo, são comuns a excessiva adoção de rotinas e padrões de comportamento ritualizados, bem como interesses restritos e fixos. 51, 52

Pessoas com deficiência (PCD): segundo a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada no Brasil em forma de Emenda Constitucional, por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008 e do Decreto nº 6.949/2009, da Presidência da República: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (Brasil, 2009)”. 17, 51, 52

Plano Nacional de Educação (PNE) – Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica, formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. 65

Plano Nacional de Educação (PNE) – Meta 04: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. 52

Plano Nacional de Educação (PNE): é o Plano Nacional de Educação, decenal, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, e que estará em vigor até 2024. Ele determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional. 52, 65

Rede de ensino: fonte financeira da escola. A rede pública é mantida pelo Poder Público (federal, estadual ou municipal). A rede privada é mantida por entes privados. 15, 32, 35, 43

Taxa de distorção idade-série: expressa o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada. 17, 28, 29, 34

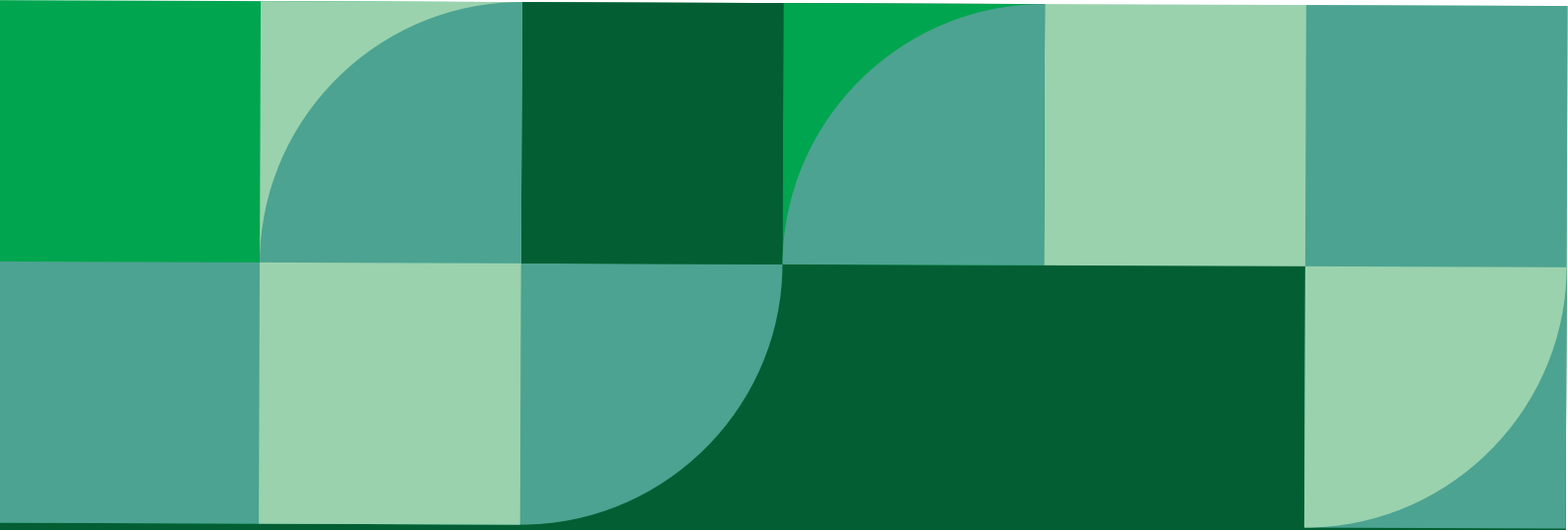
Tempo integral: o indicador de tempo integral avalia o percentual de matrículas cujo tempo de permanência do aluno na escola ou em atividades escolares é igual ou superior a 35 horas semanais. A carga horária total semanal de um aluno considera, além da duração da turma de escolarização (considerando as etapas da creche ao ensino médio), as durações de eventuais turmas de Atividade Complementar, de Atendimento Educacional Especializado e de itinerário formativo (quando existentes para os alunos de ensino médio) que o aluno frequente, independentemente do local de oferta - a carga horária semanal de cada turma é obtida multiplicando o tempo diário (em minutos) pelo número de dias da semana em que são realizadas atividades. 12, 23, 30, 35

Tipo de contratação – contrato terceirizado: contrato de prestação de serviços celebrado com empresa intermediária. A relação de emprego é mantida entre o trabalhador e a empresa contratada e não envolve diretamente a secretaria de educação. 82

Tipo de contratação – contrato CLT: contrato celebrado entre pessoa física e secretaria de educação, seguindo as normas da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), incluindo a assinatura da carteira de trabalho e previdência social pelo empregador, de acordo com o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. 82

Tipo de contratação – contrato temporário: contrato celebrado entre pessoa física e secretaria de educação, para atender a uma necessidade transitória de substituição de pessoal ou a um acréscimo extraordinário de serviços. 82

Tipo de contratação – concursado, efetivo ou estável: servidor com cargo público permanente no quadro da secretaria de educação efetivado por meio de ato formal. 82





CC BY-NC

VENDA PROIBIDA

INEP

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO